

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**AGRICOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**COOPERATIVISMO COMO INSTRUMENTO FORMADOR  
PARA O MUNDO DO TRABALHO: ESTUDO DE CASO EM  
COOPERATIVAS DO SUL DO AMAPÁ**

**MARCELO PADILHA AGUIAR**

**2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**COOPERATIVISMO COMO INSTRUMENTO FORMADOR PARA O  
MUNDO DO TRABALHO: ESTUDO DE CASO EM COOPERATIVAS  
DO SUL DO AMAPÁ**

**MARCELO PADILHA AGUIAR**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Lia Maria Teixeira de Oliveira**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ  
Junho, 2019**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A283c AGUIAR, MARCELO PADILHA , 1979-  
COOPERATIVISMO COMO INSTRUMENTO FORMADOR PARA O  
MUNDO DO TRABALHO: ESTUDO DE CASO EM COOPERATIVAS DO  
SUL DO AMAPÁ / MARCELO PADILHA AGUIAR. - Seropédica,  
2019.  
54 f. : il.

Orientadora: Lia Maria Teixeira de Oliveira.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2019.

1. Cooperativa. 2. Cooperativismo. 3. Educação. 4.  
Amazônia. I. Oliveira, Lia Maria Teixeira de , 1957-  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
AGRÍCOLA III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**MARCELO PADILHA AGUIAR**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 14/06/2019.

---

Lia Maria Teixeira de Oliveira Profa Dra - UFRRJ

---

Ramofly Bicalho dos Santos Prof.Dr - UFRRJ

---

Claudia dos Reis Ferreira Prof.Dra - UFF

## DEDICATÓRIA

Sou grato a Deus, por sempre me proteger e me dá paz de espírito e sabedoria para enfrentar os desafios da vida.

Dedico este trabalho a minha família pelo incondicional apoio aos meus estudos, meus pais Antonio Cabral e Lucia Padilha pelos aprendizados, acima de tudo pela criação que me ofertaram.

Aos meus irmãos Carlos Alberto, Reginaldo Padilha, Ricardo Padilha, Alcione Padilha e Rosália Gama, por estarem sempre ao meu lado.

A minha irmã Simonia Padilha (in memorian), por tudo que fez por mim, por ter sido uma segunda mãe, pela admiração e pela inspiração de vida.

Aos meus filhos Simone e Saymon Aguiar, pois tudo que faço na vida tem um motivo especial, e eles são minha força e inspiração. E a minha filha Marcelle Aguiar (in memorian).

A minha esposa Rayla Gomes por estar sempre ao meu lado me apoiando em meus projetos.

E por final aos meus Amigos Vinicius Campus, Jorge Rafael, Gilcimar Pureza que não mediram esforços para me ajudar nessa etapa tão importante da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lia Maria Teixeira, pela orientação de meu trabalho de pesquisa, e por ter aceito a orientação.

Agradeço ao amigo Jorge Rafael, por ter me ajudado desde a idealizar o projeto de pesquisa, como ajudar no desenvolvimento das idéias e pesquisa, com nossos diálogos e conversas sobre o cooperativismo no Vale do Jarí.

Agradeço ao amigo Dr<sup>o</sup>. Vinicius Campus Batista, por toda a contribuição a este trabalho, por ter me ajudado a enxergar a pesquisa de uma forma diferente, por compreender esse mundo, e acima de tudo ajudar a desenvolver esse projeto de pesquisa.

Agradeço também a Jovem Kelly Cristina, da Secretaria de Pós graduação do PPGEA da UFRRJ, pela sempre disposição e boa vontade em responder minhas perguntas e ajudar-me nas questões burocráticas nestes anos de pesquisa.

## **BIOGRAFIA**

Chamo-me Marcelo Padilha Aguiar, natural de Macapá Capital do Estado do Amapá, tenho 39 anos, Sou Filho de Antonio Cabral Aguiar e Lucia Padilha Aguiar, Pai de Simone Dias Aguiar e Saymon dias Aguiar e casado com Raylla Gomes dos Santos. Em 1995 aos 15 anos deixei a casa dos meus pais em Laranjal do Jari/AP, para cursar Técnico em Contabilidade na Escola Gabriel de Almeida Café em Macapá/AP, Graduado desde 26 de Agosto de 2006 em Ciências Contábeis, pela Faculdade de Macapá – FAMA, e Especialista em Docência do Ensino Superior, na Faculdade de Tecnologia do Amapá – META.

Antes de minha formação, sempre desenvolvi minhas atividades com organizações cooperativas, principalmente no que diz respeito a gestão desses empreendimentos sociais. Comecei a desenvolver trabalhos de gestão em empreendimentos cooperativos, desde 1999 quando comecei como estagiário na Organização das cooperativas do estado do Amapá-OCEAP, atualmente OCB/AP, e depois aos 21 anos me tornei contador e Instrutor de cooperativismo no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP/AP. Em 2006 trabalhei como Gerente da unidade de contabilidade do projeto Comunidades Duráveis, projeto este que financiava boas iniciativas de cooperativas e associações no Estado do Amapá, projeto este financiado pelo Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. No ano de 2007 retornei à Cidade de Laranjal do Jari/AP, para trabalhar como analista financeiro e uma Incubadora de Cooperativas Sustentáveis do Vale do Jari - INCUBACOOOP, projeto criado por uma instituição privada FUNDAÇÃO ORSA e parceria com o SEBRAE/AP.

Hoje sou servidor público Federal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, Campus Laranjal do Jari, também desenvolvi um trabalho de gestão administrativa, financeira na cooperativa mista dos produtores do rio iratapuru – COMARU, Através de um projeto de gestão Administrativa apoiada pela NATURA COSMÉTICOS.

Minha trajetória de formação e inserção no mundo do trabalho foi orientada pelo movimento cooperativista, uma filosofia de vida, é um sistema colaborativo do qual passei a admirar e difundir como processo de transformação social. Busquei dentro do sistema cooperativista uma alternativa de trabalhar as oportunidades e as cadeias de valores locais, buscando alternativas viáveis e capazes de transformar a vida das pessoas pela veia do empreendedorismo coletivo.

O presente estudo de Mestrado em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ / PPGEA, tem como premissa, realizar uma pesquisa tendo como proposta de integração do Cooperativismo com a educação profissional, a princípio trabalhamos com a idéia de estudo do cooperativismo com instrumento formador para o mundo do trabalho, na possibilidade de trabalhar o desenvolvimento de uma cooperativa escola ou na mesma perspectiva de cooperativa Junior, mas priorizamos as iniciativas de empreendimentos cooperativos no vale do Jari.

O que nos levou a desenvolver o presente trabalho dentro de uma linha de pesquisa, que buscou investigar por meio da pesquisa as alternativas para a integração técnica científica, a busca pelo processo de construção do conhecimento no qual se baseia em princípios integrativos, dentro de uma filosofia participativa, em que a educação e a produção prática se integram, possibilitando análise das práticas educacionais e profissionais, buscando desenvolver habilidades e adquirir experiências indispensáveis à sua formação como homem e como profissional. Além de atuar como multiplicador dos conhecimentos adquiridos no curso,

desenvolvendo atividades que se inter-relacionam e que levem em consideração as realidades socioambientais e culturais da região.



## RESUMO

AGUIAR, Marcelo Padilha. **Cooperativismo como instrumento formador para o mundo do trabalho**: estudo de caso em cooperativas do sul do Amapá. 2019. 54f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

O mundo do trabalho vem passando por profundas transformações, causando uma série de inquietações às novas gerações, que se preparam para assumirem postos de trabalhos em economia de livre mercado mas também em economias solidárias com mercados justos e de organização cada vez menos estabelecidas em hierarquias, mas sim cooperadas. A busca de alternativas para a geração de trabalho e de renda deve considerar as possíveis quebras de subordinação do trabalho ao capital e, ao mesmo tempo, manter as conquistas sociais e históricas do trabalhador. Uma dessas formas de organização e atuação é o cooperativismo, que surge como alternativa de organização do trabalho coletivo. Esta dissertação objetiva buscarnos fundamentos do cooperativismo e na perspectiva da política de educação profissional brasileira, elementos convergentes que dão sustentação para uma proposta de educação cooperativista capaz de responder as demandas do mercado de trabalho dos tempos atuais. Para o sistema de cooperativa a educação é um instrumento fundamental por ser responsável pela sustentação da dinâmica formativa. Entendendo que educação e capacitação são indispensáveis para a sobrevivência das cooperativas. O cooperativismo na Amazônia passou a ser utilizado como modelo de negócio pelas populações tradicionais da região (índios, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas agricultores, pescadores), com mais ênfase a partir do processo de redemocratização, 1988, visto que os movimentos sociais até então se organizaram de maneiras distintas, cada um com sua “bandeira de luta”, a fim de garantir seus direitos, como o movimento indígena pela demarcação de suas terras, o movimento negro com o reconhecimento das áreas quilombolas, e os extrativistas pela criação das reservas extrativistas, que teve como ícone o seringueiro Chico Mendes. O estudo aqui apresentado se deteve na análise e de experiências de cooperativismo existentes no Vale do Jari com alguma relação comprovada como um instituto ou programa de educação para a cooperação. Para esse fim, nos fundamentos que tratam os conceitos, levamos em consideração: **aspectos históricos** do desenvolvimento dessa experiência de organização produtiva de base popular na região; **aspectos sociais** com ênfase no caráter democrático na participação popular no quadro produtivo e diretivo desse modelo empresarial auto gestor e no caráter profissional do processo de qualificação do quadro de associados desses empreendimentos; além do **aspecto econômico** orientado aos resultados quantitativos e qualitativos do desempenho real desses empreendimentos. Neste contexto, a pesquisa se sustenta na hipótese de que é imprescindível à integração entre o processo pedagógico técnico profissional com processos cooperativos ligados à arranjos produtivos que por sua vez estejam alicerçados na realidade econômica local e oportunidades de negócios decorrentes deste contexto, como forma de influenciar a qualificação de profissionais capazes de inserir-se no mundo do trabalho com flexibilidade, proatividade e criatividade, o que nos leva a propor um modelo de educação profissional cooperativista, não como um segmento, mas como um instrumento metodológico integrador do conhecimento técnico padrão e o conhecimento prático produtivo atual.

**Palavras-chave:** Cooperativa, Cooperativismo, Educação, Amazônia.

## ABSTRACT

AGUIAR, Marcelo Padilha. **Cooperativism as a training tool for the world of work: a case study in cooperatives in southern Amapá State**. 2019. 54p. Dissertation (Master Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

The world of work has been undergoing profound transformations, causing a series of concerns for the new generations, who are preparing to take up jobs in free market economics but also in solidarity economies with fair markets and less and less hierarchical organization, but cooperated. The search for alternatives for the generation of work and income must consider the possible breaks in the subordination of labor to capital while maintaining the social and historical achievements of the worker. One of these forms of organization and performance is cooperativism, which emerges as an alternative to collective work organization. This dissertation aims to seek the foundations of cooperativism and from the perspective of the Brazilian professional education policy, convergent elements that support a proposal of cooperative education capable of responding to the demands of the current job market. For the cooperative system, education is a fundamental instrument because it is responsible for sustaining the formation dynamic. Understanding that education and training are indispensable for the survival of cooperatives. Cooperativism in the Amazon began to be used as a business model by traditional populations of the region (Indians, extractivists, riverine, quilombola farmers, fishermen), with more emphasis from the process of redemocratization, 1988, since social movements hitherto organized in different ways, each with its “flag of struggle” in order to guarantee their rights, such as the indigenous movement for the demarcation of their lands, the black movement with the recognition of quilombola areas, and the extractivists for the creation of extractive reserves. , whose icon was the rubber tapper Chico Mendes. The study presented here focused on the analysis and experiences of existing cooperatives in the Jari Valley with some proven relationship as an institute or education program for cooperation. To this end, in the foundations that deal with the concepts, we take into consideration: historical aspects of the development of this experience of popularly based productive organization in the region; social aspects with emphasis on the democratic character in the popular participation in the productive and directive framework of this self-management business model and in the professional character of the qualification process of the associates of these enterprises; besides the economic aspect oriented to the quantitative and qualitative results of the real performance of these enterprises. In this context, the research is based on the hypothesis that it is essential to integrate the professional technical pedagogical process with cooperative processes linked to productive arrangements that are based on local economic reality and business opportunities arising from this context, as a way to influence the qualification of professionals able to enter the working world with flexibility, proactivity and creativity, which leads us to propose a model of cooperative professional education, not as a segment, but as a methodological instrument integrating standard technical knowledge and current productive practical knowledge.

**KeyWords:** Cooperative, Cooperativism, Education, Amazon.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Localização do município de Laranjal do Jari, vale do Jari, Amapá, Brasil.....	16
<b>Figura 3-</b> Localização do município de Almeirim - PA.....	18
<b>Figura 4-</b> Localização do município de Vitória do Jari - AP. ....	19
<b>Figura 5 -</b> Renda per capita da região estudada.....	19
<b>Figura 6 -</b> Estrutura Organizacional da COOPMAR.....	24
<b>Figura 7 -</b> Assembleia geral realizada pela COOPMAR.....	24
<b>Figura 8 -</b> Estrutura Organizacional da COMARU.....	26
<b>Figura 9 -</b> Assembleia Geral Ordinária da COMARU.....	27
<b>Figura 10 e 11-</b> Oficinas de implementação (esquerda) do maquinário de beneficiamento de castanha (direita).....	28
<b>Figura 12 -</b> Jovens da COOPNHARIN. ....	29
<b>Figura 13 -</b> Exemplo de processo produtivo da COOPNHARIN. ....	30
<b>Figura 14 -</b> Número de cooperados, por gênero e por cooperativa estudada. ....	32
<b>Figura 15 -</b> Grau de escolaridade dos dirigentes das cooperativas estudadas.....	33

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Tipos de cooperativas educacionais.....	8
<b>Quadro 2.</b> Estrutura da Cooperativa Escola Centro Paula Souza.....	9
<b>Quadro 3</b> - Princípio da educação, formação e informação. ....	11
<b>Quadro 4</b> - Cooperativas, situação legal, social e produtiva instaladas no município de Laranjal do Jari. ....	20

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Dados do SINAC conforme resolução 50/2017 .....	4
<b>Tabela 2</b> - Unidades de Conservação de uso sustentável e de proteção integral situadas na Amazônia.....	7
<b>Tabela 3</b> -Dados comparativos dos aspectos de gênero e geração nas cooperativas estudadas	32
<b>Tabela 4</b> - Dados comparativos do grau de escolaridade dos dirigentes das cooperativas estudadas.....	33

## LISTA DE SIGLAS

- BASA:** Banco da Amazônia;
- CEATS:** Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor;
- COMARU:** Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru;
- COMAJA:** Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari;
- CONAB:** Companhia Nacional de Abastecimento;
- COOPERALCA:** Cooperativa dos Produtores de Castanha do Alto Cajari;
- COOPERCAR:** Cooperativa Mista Extrativista dos Produtores Extrativistas do Rio Cajari.
- COOPERFLORA:** Cooperativa Mista Agroextrativista Dos Produtores Do Vale Do Jari;
- COOPEV:** Cooperativa Mista Estrativista de Vitória do Jari
- COOPAV:** Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Vale do Jari
- COOPMAR:** Cooperativa dos Produtores Extrativistas de Madeira do Município de Almeirim e Região;
- COMAPEJ:** Cooperativa Mista Agropecuaria do Jari.
- COOPERCAM:** Coopeartiva dos Produtores de Almeirim
- COOPNHARIN:** Cooperativa de Artefatos Naturais do Rio das Castanhas;
- COOPMOVEIS:** Cooperativa dos Moveleiros do Jari;
- EMATER:** Empresa de assistência técnica e extensão rural;
- EMBRAPA:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
- FNO:** Fundo Constitucional de Financiamento do Norte;
- GESPAR:** Gestão Participativa;
- IFAP:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá;
- OCB:** Organização das Cooperativas Brasileiras;
- POEMA:** Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia;
- PRONAF:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- SESCOOP:** Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo;
- STTR:** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Almeirim

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>3</b>
2.1 Cooperativismo	3
2.2 Cooperativas na Amazônia	5
2.3 Cooperativismo no Amapá	7
2.4 Modelo cooperativo como instrumento educacional	8
2.5 Os Institutos Federais na construção do cooperativismo	12
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>14</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>22</b>
4.1 Cooperativa dos Produtores Extrativistas de Madeira do Município de Almeirim e Região - COOPMAR	22
4.2 Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru – COMARU	25
4.3 Cooperativa de Artefatos Naturais do Rio das Castanhas - COOPNHARIN	28
4.4 Dados dos questionários aplicados	31
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>39</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>
<b>7 APÊNDICE.....</b>	<b>44</b>
<b>Apêndice A: Modelo dos Questionários</b>	45

# 1 INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho vem passando por profundas transformações, causando uma série de inquietações às novas gerações. Dentre essas inquietações, podemos citar como exemplo, as gerações até os anos 1980 e suas premissas para a formação profissional e os anseios voltados para um mercado de trabalho com tendência bastante formal, ou seja, o emprego em empresa conceituada com a carteira de trabalho assinada.

As questões sobre a juventude vêm adquirindo um novo status no marco social e institucional. Há um número cada vez mais elevado de movimentos e de iniciativas para que os jovens organizem-se e se tornem não só objetos, mas também sujeitos criativos de sua cidadania. Organizações não-governamentais (ONGs), iniciativas empresariais e, sobretudo, os Poderes Públicos têm sido convocados a se posicionar e propor respostas a esse eminente discurso em prol das juventudes nos textos legais dos governos que almejam provocar movimentos de transformação.

O mercado de trabalho tem sido alvo de inúmeras reflexões sobre questões que vão desde os impactos de novas tecnologias, como critério de inclusão social e de poder político nas relações sociais. As recentes reviravoltas do mundo do trabalho atravessam a vida da população, produzindo formas específicas de vínculos que não têm correspondido a uma ampliação do acesso à dignidade humana por intermédio do direito a trabalho e renda. Todos os segmentos, inclusive o de jovens, sofrem tais efeitos, respeitadas suas particularidades que não atenuam e sim incrementam a problemática atual do trabalho (CARVALHO, 2004).

A busca de alternativas para a geração de trabalho e de renda deve considerar as possíveis quebras de subordinação do trabalho ao capital e, ao mesmo tempo, manter as conquistas socio-históricas do trabalhador. Estas alternativas passam pelas vias do cooperativismo e de outras formas de organização social e solidária. (BELEZIA, 2008). Uma dessas formas de organização e atuação das juventudes e do (a) trabalhador (a) em geral é o cooperativismo, que surge como uma alternativa de organização do trabalho coletivo.

Os princípios norteadores da educação cooperativa não têm origem no próprio movimento cooperativista, mas no movimento de renovação pedagógica que tende a modificar em profundidade e estrutura, os processos habituais do ensino e da educação. Segundo Mendes (2007) em seu ensaio limites e desafios da educação popular: “ A escola formal hoje é objeto de muitas críticas por parte de seus frequentadores em virtude do distanciamento da realidade, da fragmentação disciplinar e das relações de poder instituídas”, concluindo portanto que “ faz se necessário buscar as ações e discursos cada vez mais participantes e coerentes coma realidade dos empreendimentos” Constatando a ideia de que há uma disparidade entre o currículo formal das escolas e as necessidades e interesses manifestados pelos alunos.

De acordo com a resolução nº 06/2012-MEC- Art. 14/VI:

Os currículos dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem proporcionar aos estudantes: fundamentos de **empreendedorismo**, **cooperativismo**, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho. (BRASIL, 2012, p. 5).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) – *Campus Laranjal do Jari* oferta os cursos técnicos integrados em Agronegócio, Administração,



Floresta, Informática, Meio Ambiente e Secretariado. Havendo a necessidade de articulação dessas temáticas tanto no currículo quanto em outras ações, é essencial pensar estratégias de ensino, pesquisa e extensão que envolva os alunos, tanto em seu contexto formativo como profissional.

Esta dissertação busca nos fundamentos do cooperativismo e na perspectiva da política de educação profissional brasileira, elementos convergentes que possam dar sustentação para uma proposta de educação cooperativista capaz de responder as demandas do mercado de trabalho dos tempos atuais. Nesse sentido, esta obra circunscreve-se no contexto do Vale do Jari, cujas características históricas, socioeconômicas e educacionais apresentam um ambiente favorável ao desenvolvimento da pesquisa que nos referimos.

Com base nas premissas educacionais e concepções teóricas acima relacionadas, este estudo se sustenta na hipótese de que é imprescindível à integração entre o processo pedagógico técnico profissional com processos cooperativos ligados à arranjos produtivos que por sua vez estejam alicerçados na realidade econômica local e oportunidades de negócios decorrentes deste contexto, como forma de influenciar a qualificação de profissionais capazes de inserir-se no mundo do trabalho com flexibilidade, proatividade e criatividade, o que nos leva a propor um modelo de educação profissional cooperativista, não como um segmento, mas como um instrumento metodológico integrador do conhecimento técnico padrão e o conhecimento prático produtivo atual.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Cooperativismo

O artigo 3º, da Lei nº 5.764/71, conceitua a cooperativa como sendo: “[...] tipo de sociedade celebrada por pessoas que se obrigam reciprocamente a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum e sem objetivo de lucro.” (BRASIL, 1971).

No décimo encontro brasileiro de cooperativismo – X CBC realizado no Rio de Janeiro no ano 2000. A Cooperativa foi conceituada como uma organização de pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática com objetivos econômicos e sociais comuns e cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. Ou seja, trata-se portanto de uma empresa, com dupla natureza, que contempla o lado econômico e social de seus associados. Nesse contexto, o cooperado ao mesmo tempo é dono e usuário da organização cooperativa, sendo que, enquanto dono ele participa da administração da empresa e enquanto usuário ele usufrui dos serviços prestados pela referida empresa.

Nessa perspectiva, a cooperativa não é e nem deve ser encarada como entidade beneficente ou filantrópica. Por sua natureza e objetivos econômicos e sociais, configura-se como uma empresa por excelência, porém, com princípios e regras democráticas de organização e gestão. Quando a cooperativa fracassa como empresa econômica, fracassa igualmente em sua pretendida projeção e função social e humana. É desta forma, portanto que o cooperativismo cresce como um Instrumento de desenvolvimento Econômico e Social. É a primazia do homem e a valorização do trabalho sobrepondo-se ao capital como um fim único para a sociedade.

Portanto, negar o cooperativismo, supondo sua ineficiência enquanto sistema de desenvolvimento econômico e social, levando em consideração suas experiências fracassadas pode se converter numa falácia. As experiências exitosas desse modelo nos mostram que o que ocorre na história do desenvolvimento e expansão dessa experiência supostamente fracassada, são desvios provocados exatamente pela ausência de uma compreensão clara de seus fundamentos econômicos e sociais, reduzindo-os a um mero instrumento de mobilização social por motivações políticas e interesses individuais sobrepostos aos objetivos comuns de seus associados, o que, de fato, o modelo não comporta.

Tal afirmativa sobre os sucessos e fracassos dessa experiência cooperativista, se restringe, no escopo desta dissertação, ao contexto amazônico, mais especificamente ao desenvolvimento do movimento cooperativista no estado do Amapá, fruto da observação empírica do autor durante sua atuação como técnico do sistema OCB/SESCOOP-AP. cuja missão é promover a educação cooperativista, afim de estas empresas, de natureza social e econômica possam se dipor de qualificação técnica e empreendedora adequadas para a conquista de sua autonomia e sustentabilidade na sociedade e no mercado.

Além da observação empírica do autor, tal convicção se baseia em dados estatísticos que constam no relatório de gestão do sistema OCB/SESCOOP do estado do Amapá, segundo o qual apenas 22% das empresas cooperativas criadas no estado conseguiram se manter ativas na economia em 2017, enquanto que 78% das empresas cooperativas criadas no estado não conseguiram manter-se economicamente ativas, tendo quer ser inativadas ou canceladas.

**Tabela 1** – Dados do SINAC conforme resolução 50/2017

<b>ATIVAS</b>	<b>41</b>
<b>INATIVAS</b>	<b>127</b>
<b>CANCELADAS</b>	<b>21</b>

Fonte: Relatório Gestão OCB/AP (2017).

Na prática, se resgatarmos os valores e princípios do cooperativismo, sem as interferências dos desvios decorrentes de interesses individuais e político-partidários colocados acima do objetivo comum, motivo pelo qual se justifica a idéia da união de pessoas em torno de um processo produtivo, torna-se possível compreender o sentido da união de um grupo de agricultores que plantam mandioca, por exemplo, que pela ausência de capital, não dispõem de uma unidade de beneficiamento de farinha e, tomam a decisão de trabalharem em conjunto, com o objetivo de reunir (integrar) o capital necessário para a aquisição do maquinário e construção da referida casa de farinha, de modo que, ao reunir seus esforços e recursos em torno deste processo produtivo comum, criaram as condições necessárias para o aumento da produtividade e da renda (econômico), e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida (social) daqueles produtores envolvidos no processo.

Em suma, cabe-nos reafirmar o cooperativismo na sua essência, como este espaço de organização de agentes produtivos capazes de compartilhar objetivos, metas, recursos e esforços de produção e gestão, a fim de obter ganhos de produtividade e renda e alcançar a melhoria da qualidade de vida de todos os atores envolvidos no processo cooperativo.

Segundo Pinho apud Oliveira B. (2006), a primeira experiência do cooperativismo brasileiro surge em 1891 com a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira, no estado de São Paulo. Em 1894, surgiu a Cooperativa Militar de Consumo, no Rio de Janeiro; em 1895, a Cooperativa de Consumo de Camaragibe ou Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe, em Pernambuco; e em 1897, emergiu a Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas. Aos poucos, o cooperativismo foi se proliferando pelo país e hoje já abrange todos os estados do território nacional.

Nota-se que até 1930 o cooperativismo no Brasil não se apresentava com expressividade, uma vez que o governo não oferecia o amparo jurídico necessário. A crise mundial de 1929 criou condições para que o cooperativismo fosse reconhecido como uma necessidade nacional, como enfatiza Veiga e Fonseca (2001). Com base em Culti (2002), pode-se afirmar que foi a partir de 1932, com a implantação do Decreto nº 22.239, do governo Getúlio Vargas, que se regulamentou a constituição e o funcionamento das cooperativas, favorecendo um aumento considerável desse tipo de organização no Brasil nessa época. Em 1945, o governo passa a oferecer vários incentivos materiais e fiscais às cooperativas e, em 1951, foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), extinto no governo de Fernando Collor de Melo.

Nesse sentido, Nasciuttiet al (2003, p. 2) frisa que “[...] o crescimento vertiginoso no número de cooperativas no Brasil, nos últimos dez anos, parece apontar esse tipo de organização como alternativa viável ao desemprego crescente e às mudanças no sistema de produção econômica”. A análise dessa autora remete ao ponto de vista de Oliveira (2006, p. 18) quando aborda que “[...] recolocar o cooperativismo no debate sobre a busca de alternativas ao desemprego e à exclusão social, na atualidade, pode significar relacioná-lo com as práticas de economia solidária no Brasil”; e acentua, ainda, que as práticas cooperativistas estão dando uma grande contribuição à economia solidária.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, sistema OCB/SESCOOP, “[...] hoje, o setor cooperativo reúne mais de 1 milhão de pessoas em mais de 100 países, responde pela geração de mais de 100 milhões de empregos, e está presente nos cinco continentes. [...] No Brasil, em 2013, já eram 6.810 cooperativa em todo o País”, podemos observar que o movimento crescente de expansão desse modelo de organização socioeconômica denota o potencial da experiência cooperativista como alternativa de inclusão econômica no contexto atual, o que, por outro lado, demanda uma política de suporte educacional que acompanhe esse movimento de expansão no nível nacional.

E nesse contexto que o Sistema OCB/SESCOOP, segundo o mapa estratégico do cooperativismo da OCB Nacional “ ocupa atualmente um papel preponderante na representação junto aos diversos públicos os quais o Sistema se relaciona. Há um segundo nível de papéis comuns à OCB e ao SESCOOP: a promoção da cultura da cooperação e a geração de conhecimento sobre o mundo do cooperativismo. Em um terceiro nível, há os papéis específicos de cada instituição: enquanto a OCB atua no apoio ao desenvolvimento de mercados para as cooperativas, o SESCOOP prioriza a melhoria da gestão e da governança nas cooperativas, a promoção da qualidade de vida e o apoio ao desenvolvimento do empregado das cooperativas.” Assumindo por tanto um papel estratégico no processo de educação cooperativista.

## **2.2 Cooperativas na Amazônia**

O cooperativismo na região Norte não é tão expressivo quanto no sul e sudeste, mas os dados da Organização das cooperativas Brasileiras-OCB (2009), computam a existência de 10% do total do universo de cooperativas brasileiras. Ainda que pequena em termos percentuais em nível nacional, mas, podemos identificar a contribuição socioeconômica das cooperativas em diversos Estados amazônicos, como no Acre a cooperativa de castanheiros, no Amazonas as cooperativas: COOMAPEM (Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru Ltda., COOAPIR (Cooperativa Mista Agropecuária de Iranduba Ltda., ASCOOPE (Cooperativa dos Produtores rurais da Comunidade de Sagrado Coração de Jesus do Paraná da Eva Ltda., Cooperativa Mista de Itacoatiara Ltda. e CPUUATUMÃ (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores do Projeto UATUMÃ. No Estado do Pará, dentre as cooperativas podemos citar: CCOPSAI (Cooperativa de Serviços Agroflorestais e Industriais- Barcarena-PA, COOPFURT (Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores Rurais de Igarapé Mirim. Nos demais Estados amazônicos certamente tem cooperativas que poderiam ser citadas, todavia as citadas já tem o reconhecimento da OCB, portanto, são referências do cooperativismo como modelo de desenvolvimento rural na região.

O cooperativismo na Amazônia passou a ser utilizado como modelo de negócio pelas populações tradicionais da região (índios, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas agricultores, pescadores), com mais ênfase a partir do processo de redemocratização, 1988, visto que os movimentos sociais até então se organizaram de maneiras distintas, cada um com sua “bandeira de luta”, a fim de garantir seus direitos, como o movimento indígena pela demarcação de suas terras, o movimento negro com o reconhecimento das áreas quilombolas, e os extrativistas pela criação das reservas extrativistas, que teve como ícone o seringueiro Chico Mendes.

Com apoio da Igreja Católica através de suas pastorais, esses movimentos tiveram como base o sindicalismo rural e as organizações não governamentais. Esses movimentos sociais então tiveram suas conquistas estabelecidas em forma de direitos assegurados na

constituição federal de 1988 e posteriormente políticas públicas implementadas via programas de governo.

A partir da instituição das unidades de conservação ambiental em suas diversas modalidades, indígenas, quilombolas, reservas extrativistas, entre outras e os assentamentos agroextrativistas essa população então passou a ter novos desafios, agora transformar todos os potenciais produtivos da região amazônica em benefícios a sua própria população por meio de modelos de negócios baseados no uso sustentável dos recursos naturais, o que, obrigatoriamente, remete essas populações recém organizadas a uma tarefa de produção que considere a conservação ambiental e a garantia dos direitos sociais dessas mesmas populações

Se por um lado o Estado brasileiro precisa superar estes desafios:

- a) Pesquisa mercadológica dos produtos da floresta, do cerrado, das áreas de várzea, dos rios, enfim do bioma amazônico;
- b) Formação de profissionais de nível técnico e superior e suas especializações para estas pesquisas;
- c) Infraestrutura produtiva: regularização de terras x estradas x portos x energia x banda larga x licenciamentos ambientais.

Por outro lado, a sociedade civil organizada precisa conviver com um mercado globalizado, dinâmico, automatizado e extremamente competitivo, mais ainda com uma população:

- a) Semianalfabeta;
- b) Resistente ao trabalho coletivo devido ao modo de trabalho artesanal;
- c) Cultura da cooperação presentes na maioria para celebrações religiosas, poucas para negócios a não ser os mutirões;
- d) Pirâmide etária jovem;
- e) Alta taxa de urbanização de sua população;
- f) Envelhecimento de suas lideranças com baixa renovação.

Ou seja, se por um lado, o Estado brasileiro, em resposta as demandas dos movimentos sociais, enquadra estas comunidade no contexto de políticas públicas de proteção da cultura e direitos humanos na Amazônia em bases conservacionista ambientais, por outro lado, deixa essas comunidade desprovidas ou à margem das políticas de profissionalização e, acesso a tecnologias capazes de criar meios de produção sustentáveis, deixando para estas famílias de produtores amazônicos o desafio de buscar mecanismos de informação, formação e organização da produção no contexto das unidades de conservação ambiental e bioma amazônico.

Neste cenário o modelo de negócios que nos parece, se não o melhor, o mais adequável a essas características é o cooperativismo, principalmente nas unidades de conservação, por se configurarem com áreas de uso coletivo cuja base é o associativismo.

**Tabela 2** - Unidades de Conservação de uso sustentável e de proteção integral situadas na Amazônia<sup>1</sup>.

UF	QtdUCs Sustentável	Uso	Total Sustentável (ha)	Área	Uso	QtdUCs Integral	Proteção Integral (ha)	Total	Área	Proteção
Acre	5		558.383			1	695.303			
Amapá	2		3.175.584			1	111			
Amazonas	28		13.784.965			8	3.482.637			
Maranhão	0		0			4	547.992			
Mato Grosso	1		57.630			29	1.671.323			
Pará	8		7.935.448			9	5.503.469			
Rondônia	33		2.308.075			8	866.760			
Roraima	0		0			0	0			
Tocantins	0		0			4	290.986			

Fonte: Instituto Socioambiental/Programa Monitoramento de Áreas Protegidas - SisArp (Sistema de Áreas Protegidas) - 26/02/2017.

### 2.3 Cooperativismo no Amapá

Segundo os dados do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Amapá - OCB/AP (2010), das 81 cooperativas regulares, registradas conforme preconiza a legislação, 29 são rurais e destas 26 são do setor agropecuário. Das 26 cooperativas do setor agropecuário, 20 são cooperativas agroextrativistas. As cooperativas do setor agropecuário amapaense, estão presentes em todos os municípios, sendo apenas exceção o município de Pracuúba. Todas as cooperativas agroextrativistas em atividade (muitas estão inativas) têm mantido certa similaridade de avanços e de dificuldades na consecução de seus objetivos. Portanto dentro desse universo, como importante campo de estudo, opinamos pela Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajarí - COOPERALCA. Constituída em 1996, por 76 extrativistas que são predominantemente coletores de castanha-do-Brasil. Conseguiram construir uma fábrica para secagem e seleção das castanhas, conseguiram comercializar a produção dos associados por vários anos e apesar de 14 anos de existência.

O Cooperativismo no Amapá, surgiu a partir do incentivo do Governador Janary Nunes, numa investida progressista diante da gestão do então Território Federal do Amapá, através da primeira experiência de integração: Educação e Empreendedorismo. Nasce então a Cooperativa Agrícola Escolar de Macapá LTDA, fundada em 15.10.1944, registrada oficialmente no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

Dentre suas atividades havia o cultivo de hortaliças e a criação de aves pelos alunos, após 10 meses foi realizada a **1ª feira livre de produtos agrícolas do Território Federal do Amapá**, onde era comercializada sua produção, a partir daí a feira se tornou um hábito e uma referência da feira semanal da população.

Neste mesmo ano foi constituída outra cooperativa escolar, a COOPERATIVA ESCOLAR DE MAZAGÃO, e em dezembro de 1945, a COOPERATIVA DE CRÉDITO DE MACAPÁ LTDA, já com a participação do próprio Governador Janary Nunes, comerciantes e produtores rurais, onde se comercializava produtos no atacado e varejo, insumos agrícolas e

<sup>1</sup> Foram consideradas as extensões oficiais citadas nos instrumentos legais de criação ou alteração de área das Unidades de Conservação, não tendo sido descontadas quaisquer sobreposições com áreas protegidas (UCs, TIs, TQs). As áreas marítimas estão contempladas.

As Unidades de Conservação de categoria APA - Área de Proteção Ambiental - não estão incluídas neste cômputo.

financiamentos das atividades dos sócios e realização bancária de qualquer natureza, a partir de então várias cooperativas foram surgindo como fomento a economia local.

Hoje, no Amapá, são mais de 150 (cento e cinquenta) cooperativas entre ativas e inativas, de produção, serviço, crédito, consumo e educacionais, Transporte, segundo o relatório de gestão do Sistema OCB/SESCOP/AP.

Em que pese nossa análise descritiva destas experiências pioneiras de educação e cooperativismo no Estado, ter sido limitada à pesquisa bibliográfica, e possível observar, de forma preliminar que, tais experiências se constituíram como organização instituídas politicamente, com características de dependência financeira do estado, desprovidas de estratégias ou metas de empoderamento gerencial por parte da classe estudantil, bem como, de autossuficiência financeira do empreendimento, apesar de sua natureza econômica e social.

## 2.4 Modelo cooperativo como instrumento educacional

Segundo informações do Diagnóstico do Ramo Educacional (BRASIL, 2014) elaborado pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (2014) foi em 1948 na cidade de Belo Horizonte (MG) que se consolidou a primeira experiência brasileira e latino-americana do cooperativismo envolvendo estabelecimento de ensino, fundada pelos professores, da instituição Escolas Reunidas Cooperativa Ltda., que posteriormente passou a ser denominada Cooperativa de Trabalho Educacional Ltda. (Cotel). Porém apenas décadas depois já em 1987 que foi reconhecido o ramo escola cooperativa com a criação da Cooperativa de Ensino de Itumbiara (CEI), mantenedora do Colégio Cora Coralina.

Oliveira e Dal Ri (2011) explicam que as experiências das cooperativas educacionais do Brasil obtiveram considerável sucesso em São Paulo entre a década de 1940 e 1960. As autoras apontam para a existência de algumas tipologias de cooperativas educacionais dentre as quais se incluem as cooperativas escolares como mostra o Quadro 1.

**Quadro 1** - Tipos de cooperativas educacionais

<b>COOPERATIVA ESCOLAR</b>	<b>COOPERATIVA DE PROFESSORES OU DE TRABALHO</b>	<b>COOPERATIVA DE ENSINO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Geralmente é constituída por alunos do ensino fundamental e/ou médio;</li> <li>- Criada sob a responsabilidade dos professores;</li> <li>- Tem como objetivo a formação cooperativista.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É organizada por professores ou profissionais da educação que tem como finalidade melhorar a qualidade da educação e a democratização da escola;</li> <li>- Aceita trabalhadores profissionais independente de sua categoria.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É organizada por pais que têm como foco contemplar a educação básica, eles visam à melhoria do ensino e à fuga dos altos custos das mensalidades e do material didático nas escolas privadas.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Oliveira; Dal Ri(2011, p. 503-504).

Assim, as escolas cooperativas englobam a definição de cooperativa e se diferenciam por representar uma sociedade formada por alunos, destinando aos professores o papel de orientadores e apoiadores no processo educacional. Tem por finalidade possibilitar aos estudantes a compreensão do conceito de cooperação para que dotados de tal conhecimento os estudantes possam desenvolver atividades de natureza econômica, social e cultural em prol dos associados.

Na década de 90 as cooperativas escolas foram concebidas dentro de um projeto educativo amparado pela lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente e da lei 5764/71 que define a política nacional de cooperativismo. De acordo com Belezia (2008) registra-se a estrutura da cooperativa escola por Estatuto Social da Cooperativa Escola documento no qual é apresentado sua composição e funções. A exemplo a Cooperativa Escola Centro Paula Souza criada em 1994 tem sua estrutura ilustrada no quadro 2.

**Quadro 2.** Estrutura da Cooperativa Escola Centro Paula Souza

<b>ESTRUTURA DA COOPERATIVA ESCOLA</b>	
<b>ASSEMBLEIA GERAL</b>	Constituída por todos os cooperados, é o órgão supremo da cooperativa. Tem entre suas atribuições a definição das políticas de atuação da Cooperativa, a eleição anual dos Conselhos de Administração e Fiscal e a aprovação anual das contas;
<b>CONSELHO FISCAL</b>	Constituído de acordo com a Lei nº 5764/71, com 3 conselheiros titulares e 3 suplentes, tem a função de fiscalizar as operações, atividades e serviços da Cooperativa e analisar os saldos, balanços e balancetes da sociedade;
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	Constituído por 5 cooperados (Presidente, Vice-Presidente, Secretário e dois vogais), é responsável pela gestão da cooperativa, desde a elaboração de um plano de trabalho anual, o planejamento dos projetos, a execução, controle e comercialização dos produtos.
<b>COMISSÃO TÉCNICA DE APOIO E EXECUÇÃO</b>	Constituída por 6 alunos com atribuições de assessorar o Conselho de Administração e colaborar na execução das atividades.
<b>COMITÊ EDUCATIVO</b>	Comissão permanente de associados com objetivo de representar os cooperados junto ao Conselho de Administração nas suas reivindicações e sugestões, além de responsabilizar-se pela comunicação e pela educação cooperativista. É composto por 3 alunos de cada classe.

Fonte: Adaptado de Beliza (2008 p.9).

Sobre o processo de estruturação legal da escola cooperativa a autora pontua que este deve estar em consonância com o plano escolar e o plano de ensino da instituição de ensino. Nota-se que a organização de uma unidade escolar cooperativista deve atender a todas as normas do direito à educação de qualidade.

Com esse propósito considerando a relevância da educação cooperativa o Brasil (1998) através da Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP que integra o Sistema Cooperativista Nacional e tem por objetivo básico organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados com ações articuladas de forma conjunta com órgãos públicos e privados.

Como o objetivo é associar educação aos princípios do cooperativismo à cooperativa escola, portanto, tem como principal desafio criar de forma eficiente um laboratório de aprendizagem sobre cooperativismo. Para Frantz e Schönardie (2007) é justamente na compreensão das relações entre os conceitos de educação e cooperação que está à oportunidade do aperfeiçoamento organizacional e institucional das práticas cooperativas.

O mecanismo indutor da busca de tal compreensão se fundamenta na reflexão de qual seria a função da educação para o cooperativismo e qual o papel da escola nesse contexto? O que se defende em primeira instância é a educação como ferramenta de transmissão de



conhecimento técnico e científico a respeito do cooperativismo e a escola como sendo ambiente propício para a disseminação de tais conhecimentos.

Para o sistema de cooperativa a educação é um instrumento fundamental por ser responsável pela sustentação da dinâmica cooperativista. Entendendo que educação e capacitação são indispensáveis para a sobrevivência das cooperativas, Schneider (2003) enfatiza que as cooperativas seriam desvirtuadas ou mesmo seriam tragadas pela livre concorrência e dominância do sistema socioeconômico, se forem dissociadas de uma formação e/ou capacitação técnica cooperativista.

Corroborando com tal afirmativa Ferreira e Silva (2015 p. 45-46) descrevem que:

A capacitação é o que viabiliza a cooperativa como empresa, enfatiza a formação e o aperfeiçoamento técnico. É determinante, já que as cooperativas concorrem com empresas que não tem por base equilibrar o social e o econômico, o que, conseqüentemente coloca as cooperativas em relativa desvantagem.

[...] Ao se articular educação e capacitação tem-se o contexto favorável ao crescimento e desenvolvimento integral da cooperativa, sem negligenciar os aspectos técnicos como empresa e nem social-econômico para seus associados.

Portanto, se a educação fundamenta o cooperativismo, é a educação cooperativa que se consolida como um dos principais instrumentos de propagação dos ideais cooperativistas. É a educação cooperativa que divulga a doutrina do cooperativismo e permanece com a finalidade de propagar os valores cooperativistas, conscientizar cooperados e articular a compreensão dos princípios cooperativistas.

Depreende-se que a compreensão do que significa cooperar por parte dos cooperados é um fator decisivo para o sucesso da organização, uma vez que a práxis do conhecimento do saber e fazer cooperativo se traduz no discernimento do que pode ou não ser feito e isso é imprescindível para tomada de decisão dos dirigentes. A respeito disso Safanneliet al. (2011, p 5) elucida que:

Para conseguir que essa participação dos cooperados seja consciente e responsável, só existe uma alternativa: um permanente processo de Educação e ou Capacitação Cooperativista. Por esse motivo, a Educação/Capacitação é um direito inalienável do quadro social, e não um assunto a ser analisado quanto à sua conveniência ou não para a cooperativa. O que se constata cada vez mais é que a Educação/Capacitação é o melhor respaldo para a administração de qualquer cooperativa, pois somente com a participação consciente e responsável de todo o quadro social, a cooperativa adquire estabilidade e se desenvolve num processo autogestionado.

Ademais, a educação cooperativista promove o desenvolvimento profissional e pessoal do cooperado quando viabiliza a ampliação do conhecimento de todo ambiente produtivo da organização, bem como qualifica os agentes para a prática racional e técnica da administração e gestão da entidade cooperativa. Esse é um aspecto determinante para a sustentabilidade da cooperativa, pois atualmente tais organizações são desafiadas a sobreviver em um mercado que é cada vez mais competitivo. Por ser a cooperativa distinta na sua forma de organização empresarial a educação cooperativa assegura uma melhor atuação do cooperado quando este compreende os princípios do cooperativismo e assimila o seu papel como agente que atua simultaneamente como gestor, administrador, dono, fornecedor e consumidor.

Nesse contexto, a cooperativa torna-se uma organização complexa e que por sua vez exige que o cooperado possua diversas habilidades e exerça papéis diferenciados, pois todos os associados possuem direitos e deveres equivalentes dentro do Estatuto Social da cooperativa. Dessa forma, a educação cooperativista é compreendida como uma forma de educação articuladora e integrada de valores e princípios coletivos que vão além da simples capacitação ou formação individual. Pensada como uma educação alternativa ao modelo de

educação formal ela se configura na valorização da ação coletiva que geram benefícios a toda comunidade envolvida na ação.

Schneider (1991, p. 111) complementa tal prerrogativa quando afirma que “(...) a educação cooperativa é um processo permanente, que transcende os limites da educação formal e institucionalizada que se realiza através da escola e da universidade”, ou seja, a experiência da ação coletiva na educação se desdobra em momentos de maior amplitude do aprendizado cooperativo.

É através da educação cooperativa que se deve dissociar da reprodução de ações e incentivar a inovação e as ideias que tragam benefícios a todos e diminuam as desigualdades (FERREIRA; SILVA, 2015). Ressalta-se também que a educação cooperativista é o processo de aprendizagem que vai além de meros discursos e explicações e valoriza de igual modo o lado social, empresarial e as demandas específicas de formação das organizações e dos associados (FERREIRA; AMODEO; SOUSA, 2012).

Analisando os objetivos de uma educação cooperativistas Ferreira e Amodeo (2008) explicam que tais objetivos devem auxiliar na aprendizagem dos associados no que tange a cooperação, participação e gestão da cooperativa. Desse modo possibilitam que os cooperados melhor compreendam qual o seu papel e importância na organização. A educação cooperativa é, portanto, um dos princípios mais relevantes do cooperativismo por agregar valores fundamentais e proporcionar o desenvolvimento integral do cooperado. A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) entendem como princípio fundamental do cooperativismo a educação, formação e informação conforme exposto no Quadro 3.

**Quadro 3 - Princípio da educação, formação e informação.**

<b>ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL – ACI</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB</b>
5º - Educação, Formação e Informação Cooperativas proporcionam educação e formação para seus membros, representantes eleitos, gestores e funcionários, então eles podem contribuir efetivamente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Eles informam ao público em geral – particularmente jovens e formadores de opinião – sobre a natureza e os benefícios da cooperação.	5º - Educação, formação e informação - as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

Fonte: Adaptado de Ferreira; Silva (2015 p.17).

Tal princípio consolida um processo de educação embasado na troca de informações e experiências do sistema completo de cooperação e desse modo, valoriza os indivíduos suas experiências pessoais e respeita suas particularidades. Estes são benefícios oriundos da pluralidade do sistema cooperativista além dos promovidos pela participação efetiva a exemplo, o empoderamento, autoconhecimento, valorização pessoal, consciência coletiva e tolerância. Enfatizando tal premissa Safannelietet al. (2011, p. 6) argumenta que:

Sem a educação, não se pode compreender nem aplicar nenhum dos outros princípios cooperativos, e desta maneira a mesma deixará de ser. A adesão, sem educação, ou estará ausente em absoluto, ou se converterá em um gregarismo de conveniências; a democracia será tirania, oligarquia ou demagogia; a empresa, com seu capital, seus serviços e suas operações se tornará em mais um negócio, como

tantos outros; os excedentes se converterão em uma melhor expressão do “homem, lobo do homem”, e a integração estará ausente acarretando o isolamento, a competição e o antiooperativismo, porém não a solidariedade humana que o cooperativismo pretende implantar em todo o mundo.

## 2.5 Os Institutos Federais na construção do cooperativismo

No ano em que a educação profissional e tecnológica completa 110 anos, começam a funcionar, em todo o país, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou simplesmente Institutos Federais (IFs), criados pela Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008. A criação desses Institutos implica na construção de um novo paradigma para a educação profissional, cuja consolidação passa pelo diálogo com um passado que remonta às Escolas de Aprendizes Artífices (1909) e percorre importantes conjunturas econômicas e políticas da vida republicana brasileira. Reflete-se aqui sobre os principais elementos estruturantes e demarcadores da identidade dessas novas instituições, as quais são potencialmente portadoras de uma dupla missão: qualificar e elevar a escolarização dos trabalhadores e trabalhadoras e contribuir para o desenvolvimento científico-tecnológico do país (PACHECO; PEREIRA, DOMINGOS SOBRINHO, 2009).

A Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 instituiu, ao lado da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Consoante o art. 6º, suas finalidades são as seguintes:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (SILVA, 2009).

Assim, a missão desses institutos configura-se na relação da educação com o trabalho e com a ciência. Cada uma delas, orienta-se por objetivos distintos, sendo, no que concerne à primeira, as seguintes (BRASIL, 2007b, p. 32):

[...]ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

A primeira cooperativa escolar surgiu no Brasil, no Estado de São Paulo, em 1932, tendo sido regulamentada em 1967 com o objetivo explícito de congregar alunos de um determinado estabelecimento de ensino e educá-los dentro dos princípios cooperativos. Até 1968 as cooperativas escolares funcionaram mais com o objetivo de simples fornecedoras de material escolar, não atendendo assim à proposta original de formar alunos dentro do espírito cooperativista; a partir de então, com a implantação do sistema EscolaFazenda nos colégios técnicos agrícolas do país, é que se passou a dar maior importância às Cooperativas-Escola, passando as mesmas a integrar a estrutura pedagógica da habilitação profissional do Técnico Agrícola (MARQUES; LOVE, 1993).

Ainda hoje, as antigas escolas técnicas, atualmente campus dos Institutos Federais, vem proporcionando ambientes de formação e discussão sobre cooperativismo. Tal fato é justificado pelos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), do PRONATEC na área de cooperativismo, cursos técnicos de cooperativismos, presença do conteúdo programático na matriz de outros cursos técnicos e ainda em cursos tecnológicos de nível superior na área, dados observados nos catálogos de cursos FIC e técnicos do Ministério da Educação.

### 3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é classificada como descritiva, pois visa primordialmente a descrição de características de fenômenos ou população, usando, por exemplo, questionários, afim de estudar opiniões, atitudes e crenças da população (GIL, 2002). No que tange a técnica, trata-se de um levantamento, incluindo a interrogação direta de pessoas cujo comportamento se objetiva conhecer (GIL, 2002).

Segundo Marconi e Lakatos (2003) quantitativo-descritivo consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave.

Conforme Duarte (2002, p. 140) “a definição do objeto de pesquisa assim como a opção metodológica constituem um processo tão importante para o pesquisador quanto ao texto que se elabora no final”. Segundo a autora, as conclusões de um estudo são possíveis devido aos instrumentos utilizados na coleta de dados e a interpretação dos resultados obtidos, sendo que a descrição desses procedimentos, além de apresentar uma formalidade, permite aos outros pesquisadores percorrerem o mesmo caminho da pesquisa e confirmarem as afirmações apontadas no estudo inicial.

Os estudos que embasaram essa dissertação, buscaram fundamentos em pesquisa bibliográfica, por meio da consulta a autores de artigos, livros e pesquisadores do assunto, cujos dados e conceitos, propiciaram conhecimento do tema proposto, caracterizando desde os princípios e objetivos originais do modelo cooperativo, passando pela breve contextualização do desenvolvimento dessa experiência cooperativista no estado do Amapá e, particularmente, na região do Vale do Jari, até expor seus dilemas e contradições, abrindo caminho para a sustentação da hipótese inicialmente levantada sobre a indispensabilidade de uma política estruturada de educação cooperativista capaz de influenciar a sustentabilidade dessa experiência de organização econômica e social.

Lüdke e André (1986) na obra “Pesquisa em educação: abordagens qualitativas”, no segundo capítulo, contextualizam que os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas. O pesquisador procura relatar as suas experiências durante o estudo de modo que o leitor ou usuário possa fazer as suas "generalizações naturalísticas". Em lugar da pergunta: este caso é representativo de quê?, o leitor vai indagar: o que eu posso (ou não) aplicar deste caso na minha situação? A generalização naturalística (Stake, 1983) ocorre em função do conhecimento experiencial do sujeito, no momento em que este tenta associar dados encontrados no estudo com dados que são frutos das suas experiências pessoais.

O presente estudo foi realizado no período janeiro a junho de 2016 nos municípios de Laranjal do Jari - AP, Vitória do Jari – AP e Almeirim – PA. Aonde foi realizado um estudo de caso em três cooperativas no Vale do Jari, buscando evidenciar uma análise das experiências de cooperativismo existentes no Vale do Jari

A coleta das informações foi realizada por meio de um formulário, o qual continha perguntas sobre dados socioeconômicos dos entrevistados e sobre os aspectos sociais e educacionais, fiscais e contábeis das cooperativas estudadas (Apendice). A pesquisa inclui os dirigentes e cooperados das cooperativas.

O formulário foi aplicado no primeiro semestre de 2016, com visitas feitas in loco, visando um momento descontraído, permitindo assim que aspectos subjetivos da pesquisa contextualizem a realidade durante as atividades dos produtores, o qual exigiu várias visitas na localidade.

No estudo de caso se desenvolve em três fases, na primeira fase exploratória, a segunda fase, que consistia na coleta de dados e a terceira e última fase na análise e interpretação sistemática dos dados finalizando a elaboração do relatório (NISBET, WATT, apud LUDKE e ANDRÉ, 1978)

O desenvolvimento deste trabalho, o autor concentrou-se na formatação dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com diretores e cooperados de 3 organizações cooperativas da região do Vale do Jari, que externaram suas percepções e convicções sobre o processo de desenvolvimento de suas empresas cooperativas. Usou-se o método estatístico descritivo para analisar os dados. Após a coleta desses, com auxílio de planilha computacional, realizou-se a construção dos gráficos

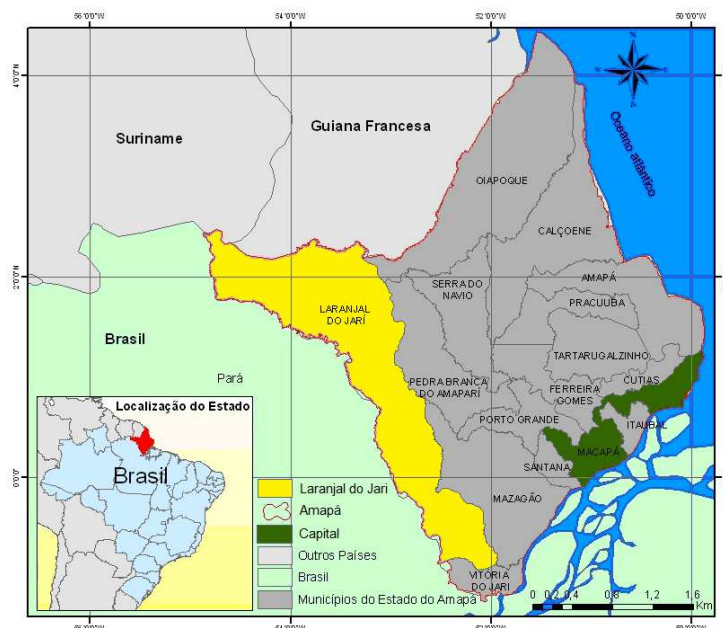
É importante observar nesta análise e acrescentar que essas três fases não constituem uma seqüência linear, havendo uma superposição entre elas. Não há como precisar um instante de separação, uma vez que elas “[...] se interpolam em vários momentos, sugerindo apenas um movimento constante no confronto teoria-empíria” (LÜDKE, ANDRÉ, 1986).

Dentro deste contexto foi elaborada uma análise crítica com base nos dados quantitativos captados nas fases de pesquisa bibliográfica e de campo, o que, contribuiu para a confirmação da sua concepção hipotética da educação cooperativista enquanto elemento indissociável do processo de criação, gestão e expansão desse modelo de organização empresarial inclusivo frente a cultura capitalista tradicional

Os dados coletados foram tabulados e analisados pelo método estatístico descritivo simples, utilizando-se o programa Microsoft® Excel versão 2007 e levando em consideração o número da amostra. Os dados fornecidos pelos entrevistados foram expressos em gráficos e tabelas.

Segundo Teixeira (2015), os estudos de caso enfatizam a "interpretação em contexto". Um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. Assim, para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas devem ser relacionadas à situação específica onde ocorrem ou à problemática determinada a que estão ligadas.

O município de Laranjal do Jari (Figura 1) situa-se na região ocidental do Estado do Amapá, fazendo limites com Municípios de Vitória do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari, Estado do Pará, Suriname e Guiana Francesa, tornando-se município em dezembro de 1987. Antes disso, pertencia ao município de Mazagão. Sua área total é de 32.166,29 Km<sup>2</sup>, enquanto que a área da cidade, sede do município, é de 18,5 Km<sup>2</sup>. No que se refere à educação, existem escolas de ensino fundamental e médio, das redes municipal, estadual e particular (CLARETO, 2003).



**Figura 1.** Localização do município de Laranjal do Jari, vale do Jari, Amapá, Brasil.

O Município de Laranjal do Jari possui uma população de 40.537 (quarenta mil, quinhentos e trinta e sete) habitantes e uma área de 30.966 km<sup>2</sup>, foi criado pela Lei no 7.639, em 06 de dezembro de 1987. Está localizado ao Sul do estado (Mexo Região Sul), a 320 km da Cidade de Macapá. Limita-se com os municípios: Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Mazagão e Vitória do Jari e com o Estado do Pará, ficando bem em frente ao distrito de Monte Dourado, no Município de Almeirim/PA separado pelo Rio Jari por apenas 243 metros.

A denominação de Laranjal deve-se a um pequeno laranjal que existia às proximidades, quando da instalação do povoado, por ocasião da implantação do Projeto Jari. É o terceiro município mais populoso do estado. Apesar de já ter sido considerada como a maior favela fluvial do estado, possui atualmente uma infraestrutura que está mais avançada em relação à situação anterior, com parte de suas ruas e avenidas asfaltadas, sobretudo na área de terra firme, possuindo também água tratada na maior parte da cidade, luz elétrica e estrada que interliga a capital Macapá, apesar de ainda ter boa parte de seus moradores, residentes em áreas de várzea, em condição de insalubridade e risco habitacional.

A história da região está ligada ao Projeto Jari, implementado pelo bilionário americano Daniel Ludwig na década de 1970. A cidade de Laranjal do Jari situa-se no sul do estado do Amapá, às margens do rio Jari à 320 km de Macapá. O município foi fundado em 17 de dezembro de 1987 e seu padroeiro é Santo Antônio.

De acordo com dados do Censo Demográfico realizado em 2010, pelo IBGE o município conta com uma população de 39.942 habitantes e área de 30.971,775 km<sup>2</sup>, possui baixa densidade demográfica (1,29 hab./km<sup>2</sup>). É a terceira cidade mais populosa do estado, ficando atrás apenas de Macapá e Santana. A população urbana é composta por 37.904 habitantes e a rural por 2.038 habitantes, 29.711 pessoas são alfabetizadas. A população é bastante jovem, sobressaindo-se os indivíduos de faixas etárias de até 24 anos. Segundo o IBGE (2010), o número de pessoas que vivem em aglomerados subnormais (assentamentos irregulares como palafitas) é alto: 16.210 pessoas, quase metade da população total.

Segundo o EIA da UHE Santo Antônio do Jari (Ecology Brasil, 2009), os municípios do vale do Jari apresentam uma maior participação de homens no mercado de trabalho, porém mais de 50% da renda é proveniente de transferências governamentais tais como: aposentadoria, pensão e programas oficiais de auxílio.

Atualmente, o vale do Jari se consolidou como polo industrial e de mineração a partir da instalação das unidades de produção da Jari Celulose e da CADAM. Ainda assim, de acordo com o Instituto Euvaldo Lodi (2007), a economia de Laranjal do Jari está baseada no setor terciário.

Laranjal do Jari conta com o recém-criado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Federal do Amapá (IFAP). No tocante ao segmento energético, foi construída no rio Jari a Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari que terá capacidade de geração de 373,4 MW, energia suficiente para abastecer uma cidade de 3 milhões de habitantes.

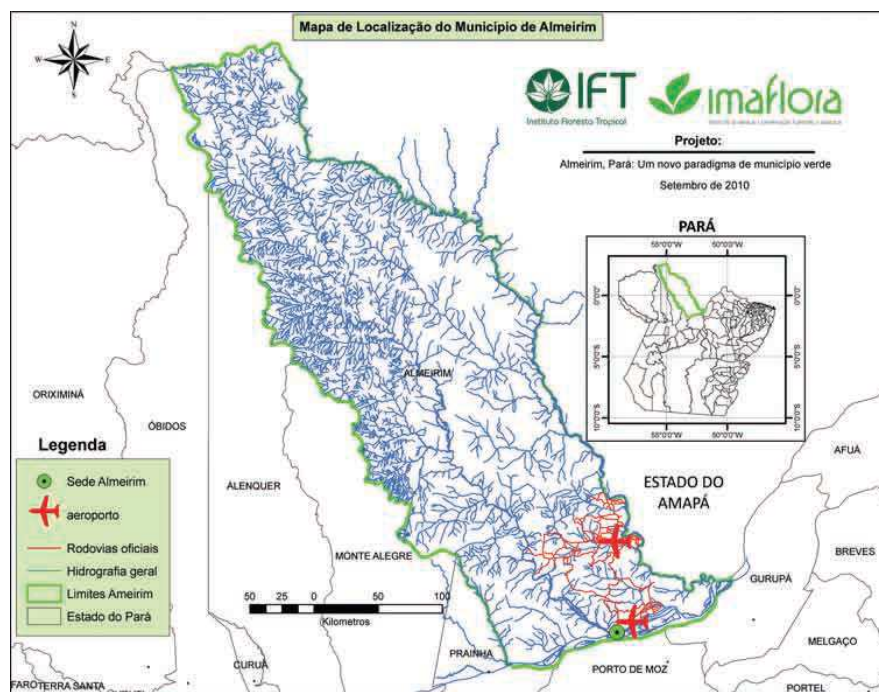
A hidrelétrica alagará parte da vila São Francisco do Iratapuru, composta por 37 famílias, que será totalmente reconstruída em área localizada acima da atual. Como parte do processo de regularização todas da comunidade receberão títulos definitivos de suas terras. Como parte do acordo entre a empresa construtora, o governo do Amapá e a comunidade, a vila receberá um sistema de energia solar e não ficará mais dependente de energia de gerador a diesel.



**Figura 2.** Sistema de energia fotovoltaico da vila de São Francisco do Iratapuru, Amapá.  
Foto: Vinícius Batista Campos (2015).

Os fundamentos do atual município de Almeirim (Figura 3) apresentam uma população de 31.192 (trinta e um mil, cento e noventa e dois) habitantes e uma área de 72.960 km<sup>2</sup>, situa-se na zonafisiográfica do Baixo Amazonas.





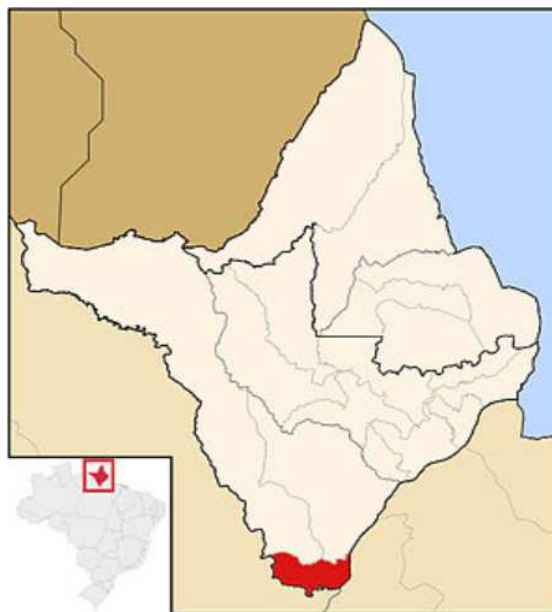
**Figura 3-** Localização do município de Almeirim - PA.

Fonte: Amorim (2010).

Formação administrativa: Em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937, o município aparece constituído de 4 distritos: Almeirim, Boca do Braço, Santana do Cajari e Santo Antônio de Caracuru. Pelo decreto-lei estadual nº 3131, de 31/10/1938, é criado o distrito de Arumanduba, com território do extinto distrito de Santana do Cajari. Sob o mesmo decreto, foram extintos os distritos Boca do Braço e Santo Antônio de Caracuru, sendo o mesmo território anexado ao distrito de Arumanduba. No período de 1944-1948, o município é, portanto, constituído de 2 distritos: Almeirim e Arumanduba. Essa mesma divisão territorial consta datada de 1/12/1960. Em 1983, através da Lei Estadual nº 5075, de 02 de maio, é criado o distrito de Monte Dourado e anexado ao município de Almeirim. Em divisão territorial datada de 18/08/1988, o município é constituído de 3 distritos: Almeirim, Arumanduba e Monte Dourado. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

Nas comunidades rurais prevalece o setor primário, sendo que, em parte das comunidades a produção de culturas agrícolas é predominante, enquanto outras comunidades já apresentam um perfil mais extrativista ou agroextrativista, destacando-se nas primeiras a produção de mandioca e seu processamento em farinha e nas segundas o extrativismo de castanha. Na região a criação extensiva de gado bovino e bubalino é significada sendo realizada por poucos empresários, a pecuária não é muito comum nas pequenas propriedades rurais.

Vitória do Jari (Figura 4) é um município no Estado do Amapá, na mesorregião do Sul do Amapá e microrregião de Mazagão. A população estimada em IBGE 2010 era de 12.445 habitantes (recenseada e estimada) e a área é de 2.483 km<sup>2</sup>, o que resulta numa densidade demográfica de 4,44 hab/km<sup>2</sup>. O município de Vitória do Jari, desmembrado do município de Laranjal do Jari, foi criado por determinação da lei n.º 0171, de 8 de setembro de 1994.

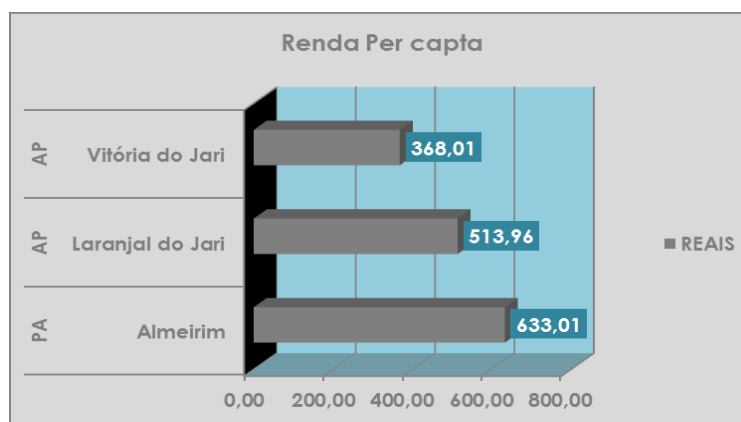


**Figura 4-** Localização do município de Vitória do Jari - AP.

Fonte: Vitória (2018).

O município surgiu do anseio da população ver transformado em benefícios para a localidade os impostos pagos pela CADAM (empresa que explora o minério daquela região). Trata-se de um núcleo populacional formado por pessoas que trabalhavam no parque industrial da CADAM. Logo essas pessoas fixaram residência no local e criaram rapidamente uma espécie de polo econômico ativo, onde se instalaram inúmeras atividades de comércio e serviços, destinados a atender necessidades imediatas da população. O núcleo rapidamente cresceu e adquiriu condições para se transformar em município. Por estar praticamente dentro do Município de Laranjal do Jari, Vitória do Jari, conhecido popularmente por Beiradinho, enfrenta praticamente os mesmos problemas que ocorrem naquele município: enchentes, desemprego e, sobretudo, péssimas condições de moradia para a população menos assistida.

Com base na Figura 5, o município de Almeirim apresentou o maior valor de renda per capita dentre os três municípios presentes no vale do Jari compreendido no ano de 2010 **R\$ 633,00**, contra uma renda de **R\$ 513,96** em Laranjal do Jari e uma renda de **R\$ 368,01** em Vitória do Jari.



**Figura 5 -** Renda per capita da região estudada

Fonte: IBGE (2010).

No vale do Jari, os centros urbanos apresentam sua economia baseada no setor terciário, onde o comércio do vestuário, calçados e alimentos é forte. No setor secundário, há forte influência das grandes empresas que atuam na região, a CADAM PPSA, Jari Celulose, Orsa Florestal e as empresas terceirizadas por elas.

Considerando que na região do vale do jari não foi identificada nenhuma experiências de cooperativa-escola legalmente constituída, o estudo aqui apresentado se deteve na análise e de experiências de cooperativismo existentes no vale do jari com alguma relação comprovada como um instituto ou programa de educação para a cooperação.

Para esse fim, levamos em consideração: **aspectos históricos** do desenvolvimento dessa experiência de organização produtiva de base popular na região; **aspectos sociais** com ênfase no caráter democrático na participação popular no quadro produtivo e diretivo desse modelo empresarial auto gestor e no caráter profissional do processo de qualificação do quadro de associados desses empreendimentos; além do **aspecto econômico** orientado aos resultados quantitativos e qualitativos do desempenho real desses empreendimentos.

Do ponto de vista histórico, de acordo com dados da receita federal e do diagnóstico socioeconômico realizado pelo SEBRAE e Fundação Jari, no Vale do Jari, existem mais de 100 organizações associativas e cooperativas, sendo que destas, cerca de 50, são de base produtiva agrícola, extrativista ou florestal, criadas nessa região num período de aproximadamente 20 anos.

Numa rasa leitura histórica e institucional do desempenho destes empreendimentos, percebe-se que dentre todas estas experiências empreendedoras pretensamente auto gestores devidamente no sistema fiscal público, menos de 20% existem formalmente e regularmente na atualidade.

O quadro abaixo apresenta os empreendimentos cooperativos que este estudo conseguiu identificar como efetivamente ativos (no todo ou em parte) nos aspectos legal, social e produtivo, a saber:

**Quadro 4** - Cooperativas, situação legal, social e produtiva instaladas no município de Laranjal do Jari.

Cooperativa	Situação Legal	Situação Social	Situação Produtiva
<b>1. COMARU</b>	<b>Ativo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Ativo</b>
<b>2. COMAJA</b>	Ativo	Parcialmente	Ativo
<b>3. COOPERALCA</b>	Ativo	Ativo	Inativo
<b>4. COOPERCAR</b>	Ativo	Parcialmente	Inativo
<b>5. COOPERFLORA</b>	<b>Ativo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Ativo</b>
<b>6. COOPEV</b>	Ativo	Inativo	Inativo
<b>7. COOPAV</b>	Ativo	Parcialmente	Inativo
<b>8. COOPMAR</b>	<b>Ativo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Ativo</b>
<b>9. COMAPEJ</b>	Ativo	Inativo	Inativo
<b>10. COOPERCAM</b>	Ativo	Inativo	Inativo
<b>11. COOPNHARIN</b>	<b>Ativo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Ativo</b>
<b>12. COOPMOVEIS</b>	<b>Ativo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Ativo</b>

- Aspecto Legal: Ter registro ativo na receita federal.
- Aspecto Social: Ter comprovação da prática de reunir sistematicamente o quadro social da cooperativa para tratar dos interesses dos sócios.
- Aspecto Produtivo: Ter comprovação da prática de produzir e comercializar a produção ou exercer a prestação de serviços para os quais tais empreendimentos foram criados.

É importante esclarecer que a análise acima não foi objeto de um estudo aprofundado dos aspectos legais, sociais e produtivos de cada um dos cerca de 50 empreendimentos cooperativos cujos registros foram identificados nos sistema fiscal público, tratando-se aqui de uma rasa leitura com base em consultas no citado sistema, bem como, as instituições públicas e privadas que atuam na prestação de serviços de assistência técnica ou gerencial ao setor produtivo agroextrativista e florestal, podendo portanto, haver certa imprecisão nos conceitos acima atribuídos, pela ausência de um estudo aprofundado e in loco no ambiente de produção e organização dos mesmos. Contudo, ainda que superficial, tais consultas demonstraram-se bastante convincentes ou pouco divergente entre os diversos representantes de órgãos públicos e privados que atuam no campo da assessoria técnica e gerencial ao setor produtivo rural / florestal, o que denota uma probabilidade relativamente confortável de que a leitura apresentada no quadro acima não se distanciar da realidade.

Com base no Quadro 3, apenas 5 dos 12 empreendimentos analisados apresentaram plena atividade nos múltiplos aspectos utilizados para selecionar aqueles, que de fato foram o objeto de estudo desta dissertação sendo um ligado ao setor agropecuário, como foco em produtos agrícolas, pecuária e floresta plantada de eucalipto (COOPMAR); dois ligado ao setor florestal, com foco na produção de moveis e artefatos de madeira (COOPNHARIN e COOPMOVEIS); e dois ligados ao setor extrativista vegetal, com foco na produção da castanha-do-pará e de outros produtos florestais não madeireiros (COMARU, COOPERFLORA).

Considerando os cinco empreendimentos identificados como plenamente ativos e para efeito da objetividade e qualidade desta pesquisa, foram selecionados três, sendo um em cada município, todos com atuação no campo florestal, em segmento distintos:

1. Almeirim - Setor Florestal / Agropecuário = COOPMAR
2. Laranjal do Jari - Setor Florestal / Extrativista = COMARU
3. Vitória do Jari - Setor Florestal / Moveleiro = COOPNHARIN

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Teixeira (2015), contrariando alguns estudos, não há separação entre o sujeito de pesquisa, o pesquisador e o objeto de estudo, pois é o paradigma que norteará os estudos do pesquisador, são seus questionamentos baseados em toda a teoria acumulada a respeito que vai construir seu conhecimento sobre o fato pesquisado. Seu papel é justamente o de mediador inteligente e ativo entre esse conhecimento acumulado na área e as novas descobertas decorrentes da pesquisa (LUDKE; ANDRÉ, 1986; MARTINS; RAMOS, 2013). A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2010 apud MARTINS; RAMOS, 2013, p. 10), “[...] busca questões muito específicas e pormenorizadas, preocupando-se com um nível da realidade que não pode ser mensurado e quantificado”. Acrescenta também o autor que ela age com base em significados, razões, desejos, crenças, valores, atitudes e outras características subjetivas próprias do ser humano que não podem ser limitadas a variáveis numéricas.

### 4.1 Cooperativa dos Produtores Extrativistas de Madeira do Município de Almeirim e Região - COOPMAR

A COOPMAR, localizada no município de Almeirim, no estado do Pará, é um empreendimento cooperativista, é uma sociedade de natureza civil, constituída no dia 14 de fevereiro de 2012 e registrada sob o CNPJ: 18.114.216/0001-43, que se rege pelos valores e princípios do cooperativismo, pelas disposições legais, em sincronismo com o Programa de Autogestão e por um Estatuto aprovado pela maioria dos seus cooperados, está localizada no município de Almeirim, no Estado do Pará, na Estrada do Matadouro, S/N no Distrito de Monte Dourado.

O município de Almeirim possui uma área total de 72.960,274 Km<sup>2</sup> e uma população estimada de 45.616 habitantes, segundo dados do IBGE, o município de Almeirim é uma região de fronteira entre os estados do Pará e Amapá, abrangendo os municípios de Laranjal do Jari (AP), Vitória do Jari (AP). Sendo suas principais bacias hidrográficas rio Paru, do lado do Pará, e o rio Jari do lado do Amapá na divisa entre os dois Estados.

A COOPMAR vem desenvolvendo estratégias de articulação de parcerias técnicas e financeiras de diferentes setores privados e institucionais, entre as quais se destaca o Projeto de Fomento de Eucalipto, que passou a receber financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ações de apoio ao comércio justo e solidário, todos financiados pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e pelo Banco da Amazônia S.A, agência local do município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá.

Um dos méritos dos gestores da COOPMAR, na opinião dos sócios entrevistados, foi ter adotado uma postura proativa desde os primeiros movimentos que antecederam a sua criação: articulando-se com comunidades locais; instituições públicas e privadas que estimularam a criação de novos grupos organizados e encaminhamento dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares da região e assim conquistaram a legitimidade e finalmente, constituíram a cooperativa num típico processo de planejamento participativo e mercado de madeira já consolidado junto ao Grupo Jari.

Uma vez constituída, as ações da COOPMAR passaram a se caracterizar por uma sucessão de novas conquistas, entre as quais se destacaram: i) conhecimento dos mercados e do processo de produção e comercialização de madeiras; ii) obtenção de assessoramento técnico de profissionais da Jari Celulose S.A, da Empresa de assistência técnica e extensão rural - EMATER, do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Almeirim-STTR, e

da Fundação Jari, integrados em uma organização social; iii) obtenção projetos de financiamento pelo Banco da Amazônia e o Banco do Brasil; v) comercialização de madeira no mercado local no ano de 2015.

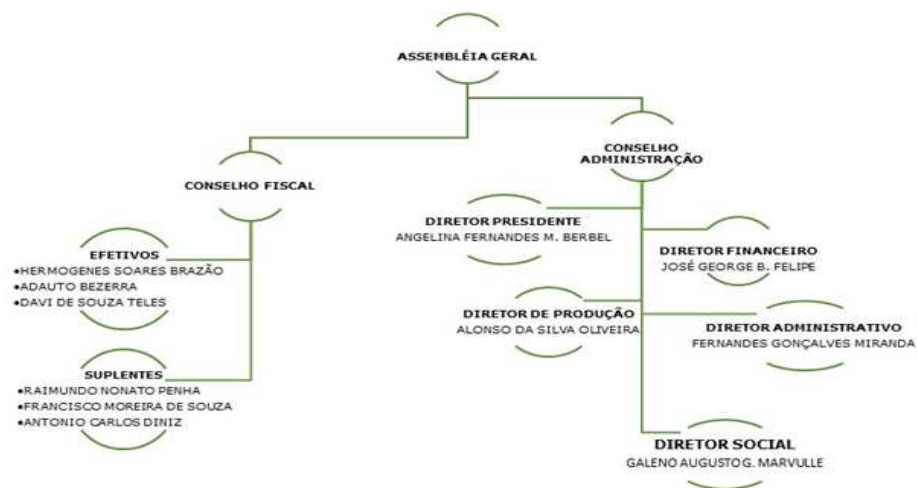
A COOPMAR é contemporânea desse processo de crescimento de novas atividades agropecuárias, integração ao cultivo do eucalipto consorciado com cultivo de culturas de subsistência e de promoção do desenvolvimento local. Tem ela o propósito de assessorar o processo de produção da madeira e da comercialização e vem buscando meios legais para promover a certificação da sua produção.

Na visão dos sócios entrevistados, o ambiente institucional é favorável, já que a COOPMAR não está sozinha nesta luta. Os parceiros públicos e privados, estão comprometidos e apoiando a inclusão do financiamento do entreposto nas linhas de recursos reembolsáveis do Programa nacional de fortalecimento da agricultura família-PRONAF e do Fundo constitucional do norte-FNO para a cooperativa e para os seus cooperados.

Os demais elementos do contexto são favoráveis à COOPMAR, já que o município de Almeirim está situado nas margens dos rios Amazonas e do Jari, através da qual tem acesso à cidade de Belém/PA, a segunda maior cidade da região norte e acesso ao mercado internacional.

Apesar das oportunidades criadas por esses nichos de mercado, a demanda de madeiras para atender o mercado local ainda é bastante pequena. A Cooperativa possui nas suas unidades de produção familiar 3.200 hectares de área plantada com eucalipto em consórcios com culturas anuais, junto aos seus cooperados, garantindo por um contrato individual assinado com o Grupo Jari, que garante uma produtividade média de 130 toneladas de madeira por hectares que será comercializada no prazo de seis anos, junto ao Grupo Jari, empresa privada de produção de celulose, com fábrica instalada no município de Almeirim/PA, que faz a colheita, transporta, beneficia, garante a certificação, embala e exporta para os mercados europeu e norte-americano.

Portanto, entre as atividades desenvolvidas pela COOPMAR, destaca-se a comercialização de madeira de eucalipto e a produção de alimentos de subsistências. Além desta atividade, a COOPMAR, vem realizando diversas articulações com o poder público e privado para garantir o acesso as linhas de financiamento dos Programas de políticas públicas do Governo Federal (PRONAF e FNO) para realizar investimentos em custeio para plantio de eucalipto e mandioca aos seus cooperados, na compra de máquinas e equipamentos para o desenvolvimento das unidades de produção familiar. Um dos pontos fortes, na visão dos sócios entrevistados consiste no fato da cooperativa ser reconhecida pelo elevado nível de organização e pela participação qualificada do seu quadro social – composto por 60 sócios – nas decisões que ocorrem nas suas assembleias gerais. Esses sócios estão distribuídos nas comunidades do município que compõem a área de atuação da COOPMAR, isto é, nos municípios de Almeirim/PA (maioria), Laranjal do Jari/AP e Vitória do Jari/AP.



**Figura 6** - Estrutura Organizacional da COOPMAR

Fonte: Levantamento Diagnóstico.

O desenvolvimento da gestão inovadora vem credenciando a COOPMAR como uma das experiências mais bem-sucedidas com a produção de madeira e de comercialização de produtos da agricultura familiar na região do Vale do Jari. Sua diretoria é composta por agricultores familiares locais, que juntam os seus saberes adquiridos no dia a dia no campo, com os saberes populares que compõem a diretoria entre homens e mulheres que estão participando diretamente da experiência na qualidade de sócios ou apenas como membros participantes.

Apesar da recente constituição da cooperativa, o movimento cooperativista no município é bem mais antigo. As primeiras cooperativas foram criadas com o apoio do Governo do Estado, que além do cooperativismo também estimulava a criação dos Sindicatos dos Trabalhadores (as) Rurais como parte de um trabalho de ação social que vinha sendo desenvolvido em todo o estado desde os anos 1990.

Finalmente, as atuais cooperativas, particularmente aquelas formadas por agricultores familiares, como é o caso da COOPMAR, originaram-se de um grupo de agricultores organizados, desde 2006, que tiveram projetos implantados com o apoio financeiro do Grupo Jari, em particular no que se refere ao cultivo de eucalipto.

Dentre os diversos agricultores familiares que estão participando da experiência os cooperados da COOPMAR, podem ser destacadas, pela relevância dos papéis que presta junto à sociedade, principalmente as comunidades rurais da região.



**Figura 7** - Assembleia geral realizada pela COOPMAR.

Fonte: Próprio autor.



Podemos observar o envolvimento dos cooperados na participação das assembleias da cooperativa, demonstrado seu papel democrático e de tomada de decisão legitimando sua diretoria as ações, nesta assembleia foi discutido como pauta prestação de contas e planejamento das ações para o ano, que envolve o fomento de eucalipto e a venda para a fábrica da Jari celulose. No contrato firmado entre a cooperativa e o Grupo Jari (Jari Celulose S.A, cabe a este prestar assistência técnica e garantir o mercado, fazendo à colheita, o transporte e o processamento da madeira e comercialização em regime contratual com os cooperados.

Na visão dos sócios entrevistados, o êxito da COOPMAR está diretamente relacionado com a sua aproximação aos princípios do comércio justo e solidário, com a conquista do mercado institucional e com o acesso ao mercado privado de produção de celulose.

Na realidade, as ações da COOPMAR têm se caracterizado por uma sucessão de conquistas estratégicas, entre as quais se destacam: i) o acesso permanente às informações de mercado; ii) a obtenção de créditos oficiais dos programas de apoio à agricultura familiar; iii) a legitimidade reconhecida pelo seu quadro social; iv) o encaminhamento da solução para os problemas encontrados em reuniões abertas e com elevada frequência (Figura 8); v) o assessoramento técnico permanente, por profissionais do próprio município, através da Jari Celulose S.A; vi) recursos de empresas privada como o Grupo Jari.

#### **4.2 Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru – COMARU**

A COMARU é um empreendimento cooperativo, composta por um grupo de 46 (Quarenta e seis) cooperados. Foi fundada em 17 de novembro de 1992. A atual diretoria assumiu a gestão em fevereiro de 2013 e começou um processo de reestruturação e legalização da cooperativa.

A população residente na Vila São Francisco vem se dedicando há mais de cinco décadas ao extrativismo da castanha. A criação da Reserva de desenvolvimento sustentável do rio Iratapuru - RDS rio Iratapuru em 11 de dezembro de 1997 (Lei nº 0392) pelo governo estadual foi uma forma de proteger esta utilização sustentável dos recursos florestais não madeireiros (AMAPÁ, 1997)..

Com o intuito de melhorar a condição social e econômica da comunidade São Francisco do Iratapuru, foi fundada em 1992, com 20 associados, a Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU). Desde a sua fundação, a cooperativa passou por várias dificuldades, mas nos últimos anos a parceria com a Natura conseguiu proporcionar ganhos significativos à comunidade.

O relacionamento entre a Natura e a COMARU teve início em 2000, mas somente em 2003 ocorreu a primeira venda de óleo bruto da castanha-do-brasil à empresa Cognis do Brasil, empresa alemã multinacional que atua no mercado de óleos essenciais, vendida à BASF. A Natura preocupa-se que a sua atuação comercial mantenha a cultura e o modo de vida das populações tradicionais.

Com apoio da Natura, em 2004, a COMARU obteve o selo FSC (Forest Starship Concilia) em sete áreas, e a partir dessa certificação a parceria foi efetivada. Desde então, recursos financeiros são repassados pela Natura à COMARU, via compra de óleo de castanha, copaíba e breu-branco, fundo Natura, pagamento por acesso a patrimônio genético e pagamento por conhecimento utilizado (CTA – Conhecimento Tradicional Associado).

A cooperativa conta atualmente com 46 associados, sua administração está organizada, demandando de um novo plano de gestão e treinamento para ampliar seus resultados.



A cooperativa organizou várias expedições científicas e tecnológica na região do vale do Jari e estabeleceu parcerias com World WideFund for Nature- WWF para elaboração de Plano de Manejo da RDS, com a ONG Amigos da Terra para elaboração de Plano de Gestão da COMARU, entre outras.

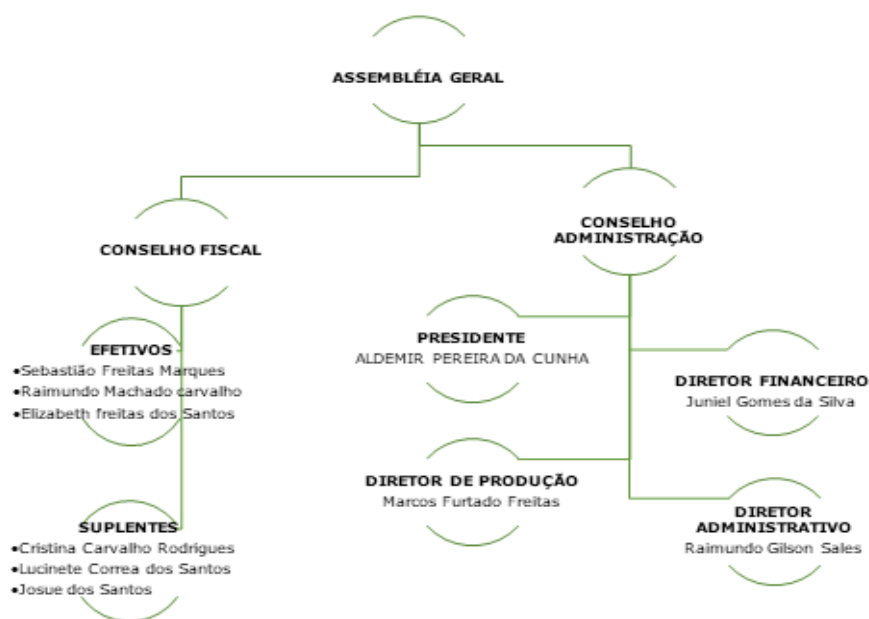
Como não são feitos regularmente levantamentos produção de castanha, os volumes usados são estimados. A produção estadual de castanha deve variar entre 30.000 a 40.000 hectolitros por safra, envolvendo cerca de 800 castanheiros. Um castanheiro produz, em média, entre 50 a 60 hectolitros por safra (equivalente entre 2.500 kg e 3.000 kg de castanha), segundo os levantamentos feitos pela certificadora FSC junto a COMARU no período entre 2004 a 2010.

A maior parte desta produção é comercializada *in natura* para grandes atacadistas localizados no estado do Pará fazendo com o que o estado do Amapá tenha um dos preços mais baixos de castanha pagos ao extrativista da Amazônia.

A COMARU desde 2008, não tinha seu processo arquivado na Junta comercial do Amapá – JUCAP, órgão que as empresas precisam se registrar para poderem atuar mercantilmente, nesse período sucederam-se 02 (duas) diretorias e não atentaram para a legalização da cooperativa no órgão competente. Sendo que em outubro de 2008 foi composta uma junta governativa provisória que tinha como objetivo iniciar o processo de legalização e realizar o processo eleitoral da cooperativa, o qual foi realizado em fevereiro de 2009 e posteriormente a legalização da mesma na Junta Comercial do Amapá - JUCAP.

Desde 2009 a COMARU mantinha um contrato de 2 (duas) toneladas/ano de óleo de Castanha – do - Brasil com a empresa NATURA, porém esse volume não era suficiente para atender os anseios dos cooperados, além do que não tinha um destino para a massa de castanha após a extração do óleo.

Hoje a cooperativa consegue manter um contrato com os cooperados (fidelidade), consequentemente aumentou a produção e o contrato de fornecimento com a empresa NATURA. Além de conseguir dar um destino para a massa de castanha que será transformada em farinha de castanha e vendida para a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.



**Figura 8 -** Estrutura Organizacional da COMARU

Fonte. Baseado nas atas de reuniões.

A Cooperativa possui uma estrutura administrativa simplificada (Presidente, Diretor Administrativo, Diretor de Finanças e Diretor de Produção), os mesmos ainda encontram dificuldades de colocar em prática as suas atribuições previstas no estatuto.

Na Estrutura administrativa da COMARU não há uma estrutura auxiliar como: Comissões, Núcleos Comunitários, Gerência ou Assessorias; estrutura essa que poderia envolver os cooperados e auxiliar a administração da cooperativa. Existe um diretor de Produção, que no período da extração do óleo é contratado, esse gerente e responsável por toda a parte de produção e manutenção dos maquinários, além de gerenciar as pessoas contratadas para trabalharem na fábrica.



**Figura 9** - Assembleia Geral Ordinária da COMARU

Fonte: Próprio autor.

A diretoria realiza reuniões frequentemente com os cooperados, sendo que acontecem até mais de uma vez por mês. O que é comum nesse processo é que nem sempre são assuntos específicos da cooperativa e por se tratar de uma vila, a diretoria da cooperativa tem de se reunir e tratar de outros assuntos que envolvem a participação da comunidade.

O Conselho de Administração não tem como hábito fazer a reunião mensal formal dos diretores, os quatro diretores sempre se reúnem informalmente e decidem as ações da cooperativa, apesar dessa informalidade, as decisões sempre são tomadas em conjunto.

A diretoria realiza e participa de várias reuniões na vila, porém tanto uma quanto outra não são formalizadas baixando edital de convocação. Esses procedimentos somente são feitos quando se trata das Assembleias Gerais. As demais são reuniões de interesse geral da comunidade, como se trata de uma vila pequena, as pessoas são avisadas de casa em casa (boca a boca). Tanto nas reuniões formais quanto as demais se fazem presentes uma média de 30 pessoas, entre cooperados e comunidades sem a separação devida, ou seja, quem é cooperado e não cooperado, entretanto todos dão opinião e votam.

A Cooperativa possui ficha de controle dos cooperados, porém as mesmas não estão completas, foi realizado em janeiro um recadastramento dos sócios para a votação em fevereiro. Segundo o último levantamento e registrado na Ata de Assembleia Geral em fevereiro do corrente ano, o total de sócios seria de 46 (quarenta e seis) cooperados. As fichas de cooperados não estão completas, sendo assim não há como verificar a faixa etária e a escolaridade dos cooperados.

Quanto a participação dos cooperados nas assembleias do total de 46 (quarenta e seis), se fazem presentes uma média de 30 pessoas (cooperados e não cooperados) por reunião.

Como já relatado por se tratar de uma vila pequena, as pessoas acabam confundindo assuntos da cooperativa com assuntos da comunidade, ou seja, as reuniões acabam sendo abertas para toda a comunidade e todos votam no destino da cooperativa. Ainda se faz necessário ressaltar que a COMARU atendia a pareceres dados por uma comissão comunitária formada por líderes da Vila São Francisco do Rio Iratapuru, mesmo sem haver previsão estatutária.

A COMARU regularizou-se junto ao sistema OCB/SESCOOP/AP, em outubro de 2015, com o intuito de participar do Programa de Monitoramento das Cooperativas – PROMOCOOP.

A atual diretoria da COMARU sentiu a necessidade de adquirir novos conhecimentos, principalmente quanto às práticas administrativas do empreendimento. Segundo o presidente da cooperativa essa parceria é uma boa oportunidade para adquirir maiores conhecimento sobre a administração da cooperativa, evitando cometer os mesmos erros do passado.



**Figura 10 e 11-** Oficinas de implementação (esquerda) do maquinário de beneficiamento de castanha (direita)

Fonte: Próprio autor.

Essa reaproximação junto ao sistema OCB/SESCOOP/AP no processo de monitoramento das cooperativas, irá melhorar a administração da cooperativa, pois querem reconquistar a confiança dos parceiros e sócios, para que assim possam trabalhar da melhor forma possível e não colocar a cooperativa novamente na inadimplência.

Outro fator importante conforme podemos observar nas figuras 13 e 14 é a introdução de novas tecnologias no processo produtivo da extração de óleo da Castanha do Brasil, adotando um novo sistema de quebra de castanha, que deixou de ser manual para adotar um sistema automatizado de quebra. A adoção desse novo processo rendeu redução nas perdas e ganhos de produtividade diária de castanha quebrada. Outro ganho desse processo foi a melhoria da qualidade de vida das mulheres sócias do empreendimento.

### **4.3 Cooperativa de Artefatos Naturais do Rio das Castanhas - COOPNHARIN**

A COOPNHARIN é uma organização de jovens do Vale do Jari, formada pela Escola da Madeira do COPP - Centro de Oportunidades e Potencialidades Profissionalizantes. Esses jovens aceitaram o desafio de compor um empreendimento de perfil popular e solidário, capaz de agregar valor às sobras de madeira da floresta certificada da ORSA Florestal fabricando móveis com qualidade e potencial para o mercado nacional e internacional, gerando renda para seus sócios e contribuindo para o desenvolvimento local da região.



**Figura 12 - Jovens da COOPNHARIN.**

Fonte: Próprio autor.

O COPP é um projeto social desenvolvido pela Fundação Jari em parceria com várias entidades locais e regionais, que visa promover oportunidades de qualificação profissionalizante aos jovens da região do Vale do Jari, considerando suas capacidades e necessidades, as potencialidades naturais da região, a identidade cultural da comunidade, as demandas do mercado local e as tendências da economia global.

Este projeto é destinado aos jovens do Vale do Jari, entre 16 e 26 anos e realiza ações de formação social e organização empreendedora desenvolvendo competências individuais e coletivas e oferecendo acesso a novas ferramentas tecnológicas e gerenciais adequadas ao uso sustentável dos recursos da floresta.

No caso dos jovens da COOPNHARIN, a possibilidade de organização de um empreendimento econômico solidário começou a ser cogitada ainda durante o processo de formação, ocasião em que o grupo começou a amadurecer a ideia de criação de uma cooperativa como estratégia de inserção no mercado de trabalho.

A COOPNHARIN é fruto desse processo de formação social e organização empreendedora, e hoje supera a condição de beneficiário passando a assumir o papel de agente de desenvolvimento desse projeto.

A Cooperativa de Artefatos Naturais do Rio das Castanhas foi criada em março de 2005, com o objetivo social de produzir brinquedos, pequenos objetos, móveis e artefatos em geral, a partir de resíduos de madeira fornecida pela Orsa Florestal, inicialmente em sistema de doação e, aos poucos, substituindo essa relação pelo conceito de parceria comercial, incentivando dessa forma a conquista da autonomia pelos jovens cooperados. A organização é composta por 20 cooperados, sendo que atualmente, apenas 12 são atuantes.

A organização é composta por 20 cooperados. São jovens que tem entre 18 a 24 anos, que moram nos municípios de Vitória do Jari e Laranjal do Jari, alguns habitando nas áreas alagáveis desses municípios, em palafitas de madeira sujeitas às situações de insalubridade e insegurança habitacional, outros que residem nas áreas de terra firme, com maior segurança habitacional, porém comungando das mesmas dificuldades de boa parte da população desses municípios em termos de acesso às políticas públicas para a juventude, especialmente no que diz respeito a conquista da autonomia e sustentabilidade através da inserção no mundo do trabalho.



São jovens cuja renda familiar está em torno de 2 salários mínimos e que, salvo algumas exceções, encontram-se numa relação de dependência econômica dos pais, ou se encontram na condição de pais e mães com família precocemente constituída.

Todos eles completaram o ensino médio e o curso de qualificação profissional em marcenaria e uma das sócias da cooperativa encontra-se atualmente na Holanda, fazendo um curso de especialização na área com o objetivo de retornar, para colocar os conhecimentos e habilidades aprendidas a serviço do empreendimento da cooperativa.

Esses jovens apresentam em suas expectativas e visão de futuro, prioritariamente a consolidação do negócio e da função social da cooperativa, na perspectiva de constituir através do empreendimento, sua autonomia econômica, estabilidade social e sustentabilidade. Além disso, alguns expressam vontade de continuar seus estudos, cursando uma faculdade.

A COOPNHARIN é uma sociedade civil de direitos privados, sem fins lucrativos que visa:

1. Produzir, beneficiar, industrializar, embalar e comercializar produtos a partir da utilização de madeira como matéria-prima, pequenos objetos, brinquedos lúdicos e educativos, móveis, esquadrias, portas e artefatos da cadeia da madeira;

2. Estimular o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas de caráter comum, em especial o desenvolvimento sustentável da região;

3. Firmar contratos e convênios com instituições públicas e privadas, ONG's nacionais e internacionais, visando proporcionar aos seus cooperados benefícios e vantagens nas áreas de movelaria, marcenaria em geral para atender as necessidades de seus cooperados, mediante cooperações mútuas, troca de tecnologia e experiências;

4. Proteger o meio ambiente e proporcionar o desenvolvimento sustentável em sua área de ação.



**Figura 13** - Exemplo de processo produtivo da COOPNHARIN.

Fonte: Próprio autor.

O instrumento metodológico em que a COOPNHARIN se fundamenta é o GESPAR (Gestão Participativa), um modelo conhecido nacional e internacionalmente, com várias adaptações desenvolvidas no Brasil, tendo como precursor o projeto BNDES/PNUD cujo foco principal é o apoio ao desenvolvimento a partir do local. Nesse modelo, as ações perpassam pela articulação entre três atores: Agentes produtivos, Agentes sociais e Agentes governamentais, considerando nessa relação a compreensão dos problemas e potenciais da comunidade; o compartilhamento de uma visão de futuro e o delineamento de objetivos comuns e estratégias.

Do ponto de vista pragmático a GESPAR se estrutura em três macroprocessos, tendo como finalidade à mudança de comportamento e a mudança da realidade a partir da qualificação do capital humano (Desenvolvimento humano) e do fortalecimento das estruturas organizacionais da sociedade (Desenvolvimento social sustentável):

A operacionalização do projeto se orienta no desenvolvimento gradativo de três dimensões fundamentais para o sucesso de qualquer empreendimento comunitário:

Por meio da capacitação e da articulação de parcerias, a COOPNHARÍN vai assimilar e adotar técnicas e instrumentos que possibilitem o aprimoramento e inovação de seu processo produtivo, aperfeiçoando a elaboração, acabamento e design dos produtos de acordo com as tendências do mercado, garantindo em seu conteúdo alguns diferenciais como: a identidade cultural da região e o valor social e ambiental agregados, tornando-os mais qualitativos e competitivos.

Os jovens sócios da cooperativa serão orientados e capacitados quanto à adoção de procedimentos e ferramentas de gestão, adequados ao modelo de empreendimento popular cooperativista.

Esses procedimentos e ferramentas gerenciais envolvem desde os aspectos mais específicos da administração contábil e financeira, até a gestão estratégica e administrativa do processo de comercialização e marketing dos produtos.

À medida em que a COOPNHARIN vai experimentando e incorporando esses processos de gestão, seus negócios se tornam mais viáveis e competitivos.

A sustentabilidade das comunidades tradicionais na Amazônia depende da capacidade de seus membros em cooperar entre si, unindo suas necessidades e interesses em torno de um mesmo projeto coletivo, por meio do qual esses trabalhadores se fortalecem juntos, adquirem competências e habilidades empreendedoras e projetam competitivamente seus produtos no mercado.

Para isso, as estratégias de mobilização e capacitação da COOPNHARIN estão voltadas para o despertar de valores e atitudes como: sentimento de pertencimento à comunidade, identidade cultural, disposição para a cooperação, mediação de conflitos, construção de consensos, liderança, competitividade e espírito empreendedor.

Uma vez compreendidos e incorporados esses valores e atitudes pelos jovens participantes, a base de seu empreendimento comunitário se solidifica e a cooperação em torno de seus interesses econômicos se torna possível e viável.

Atualmente a COOPNHARIN, não dispõe de mão-de-obra qualificada suficiente. A estratégia, portanto, é inserir na cooperativa alguns dos jovens que estão concluindo o curso de marcenaria básica no final desse ano e já manifestaram interesse em participar do empreendimento.

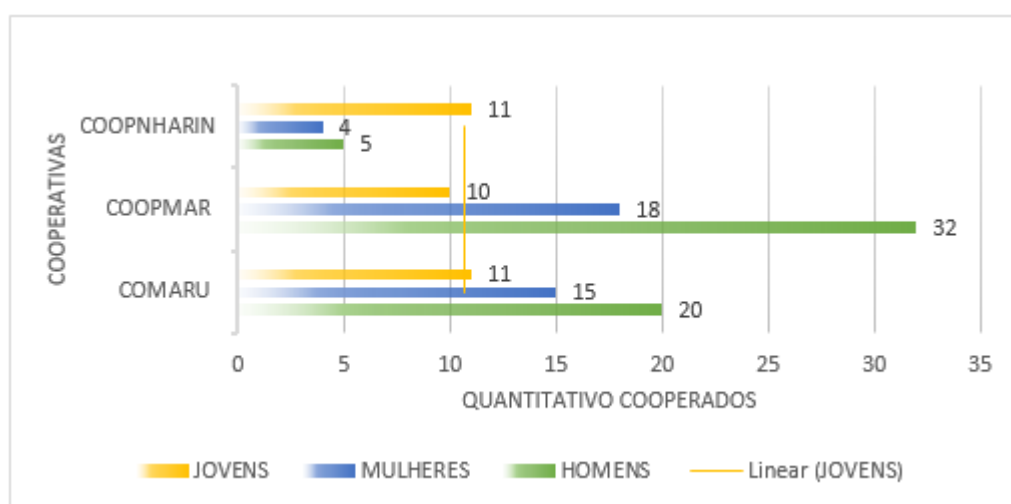
#### **4.4 Dados dos questionários aplicados**

De acordo com a Tabela 3, nota-se, independentemente da cooperativa analisada, uma superioridade do gênero masculino em detrimento das mulheres e jovens. No entanto, a COOPNHARI possui mais jovens participando da cooperativa que o somatório de homens e mulheres.

**Tabela 3** -Dados comparativos dos aspectos de gênero e geração nas cooperativas estudadas

Cooperativa	Homens	Mulheres	Jovens
COMARU	20	15	11
COOPMAR	32	18	10
COOPNHARIN	5	4	11

Fonte: Dados da pesquisa.



**Figura 14** - Número de cooperados, por gênero e por cooperativa estudada.

Fonte: Dados da pesquisa.

A menor participação de mulheres em ambientes de cooperativismo é debatida por alguns autores. Estudos realizados por Salvaro, Stevam e Felipe (2014), evidenciam que as mulheres têm muitos afazeres em casa e acabam deixando de lado a vida na cooperativa. Em situação correlata, Bernardi (2011) descreve a pouca participação feminina nas cooperativas, seja como associada, seja como diretora ou líder de grupo, resultando assim, num maior envolvimento feminino. Descreve que as mulheres participam da geração da vida, desde a criação da agricultura até diversas áreas, e o fato delas gerarem filhos, antigamente, era uma valorização feminina, onde no trabalho não haviam desigualdades entre homens e mulheres.

No que diz respeito a baixa participação dos jovens na COMARU e COOPMAR deve-se a fatores relatados por Carneiro (2007). Segundo o autor, os jovens rurais estão inseridos no mundo atual, integrados à sociedade mais ampla, sendo a migração uma tradução das tensões e contradições da sociedade brasileira. Essas tensões são traduzidas pelas carências da vida local, da falta de alternativas profissionais, da insuficiência de terra, da penosidade do trabalho e da falta de estímulos para a produção. Tudo isso acaba por servir de desestímulo a muitos jovens a permanecer no meio rural como agricultores. Porém, não basta trazer os jovens para a cooperativa, mas é importante compreender o que Spanevello, Drebes e Lago (2011) aponta como imperativo: entender como esses jovens percebem a cooperativa e de que forma esta poderá efetivamente tornar-se uma extensão das propriedades rurais de seus cooperados.

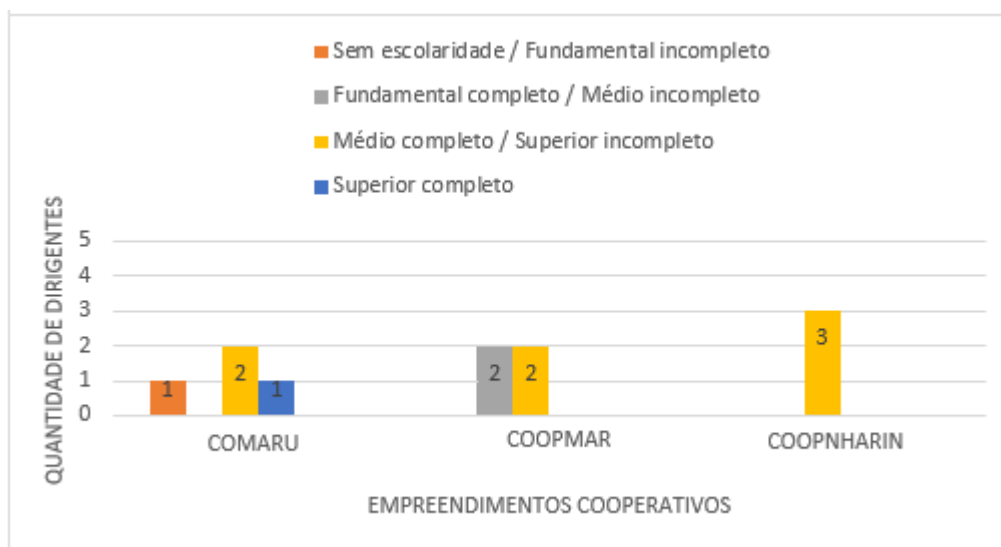
Em relação a Tabela 4 e Figura 18, observa-se, numa avaliação geral, um baixo grau de escolaridade dos dirigentes das cooperativas estudadas. A COMARU apresenta, dentre as lideranças das cooperativas, um sem escolaridade, no entanto, é a única das avaliadas, com

dirigente que possui nível superior completo. É importante destacar que esse último mesmo tendo formação em nível de graduação, essa é na área ambiental. Na COOPMAR, 50% possuem ensino fundamental completo e o restante ensino médio completo. Já a COOPNHARIN, sobre a escolaridade da sua diretoria, 100% possuem nível médio completo.

**Tabela 4** - Dados comparativos do grau de escolaridade dos dirigentes das cooperativas estudadas

Cooperativas	COMARU	COOPMAR	COOPNHARIN
<b>Escolaridade</b>			
<b>Sem escolaridade/Fund. Incompleto</b>	1	0	0
<b>Fund. Completo/médio incompleto</b>	0	2	0
<b>Médio Completo/superior incompleto</b>	2	2	3
<b>Superior Completo</b>	1	0	0
<b>Pós-Graduação</b>	0	0	0
<b>NS/NI<sup>2</sup></b>	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.



**Figura 15** - Grau de escolaridade dos dirigentes das cooperativas estudadas

Fonte: Dados da pesquisa.

O baixo nível de escolaridade dos dirigentes pode ser sanado por meio de parcerias entre as cooperativas e instituições de ensino público/privadas sediadas no vale do Jari. Tais demandas podem atender conhecimentos sobre gestão de cooperativas, gestão de projetos, contabilidade, informatização dos sistemas, entre outros. É importante destacar ainda que esse nível de escolaridade também perpassa os cooperados. Marschall (2009) em seu trabalho

<sup>2</sup>Não sinalização/não identificado.



sobre cooperativas de pequenas propriedades constatou que a maioria dos associados estava entre os que não completaram e os que completaram o ensino fundamental, se trata de produtores associados com poucos anos de estudo, o que, de uma ou de outra forma, acaba repercutindo sobre o seu desempenho econômico, quando da necessidade.

Ao observar os processos de discussão, capacitação e/ou formação continuada, pelos quais estes empreendimentos passaram, pode-se observar três campos de influência do processo educacional no desempenho socioeconômico dos empreendimentos aqui estudados, a saber: 1) Campo social e político; 2) Campo técnico e tecnológico; 3) Campo gerencial e comercial.

A experiência da COMARU, pela base de formação de uma parte de seus mais recentes diretores, que são filhos de famílias extrativistas tradicionais que concluíram o ensino médio integrado com a formação técnica agropecuária através da Escola Família Agrícola do Pacuí (três jovens) e Escola Agro técnica do Instituto OISCA Brasil em São Paulo (um jovem). Observa-se que grau de formação e informação desses jovens exerceu grande influência no comportamento produtivo e cooperativo dos mesmos, levando-os cinco jovens a ocupar cargos na mesa diretora da cooperativa como: Diretor Presidente, Financeiro e de Produção; Este cenário da presença ativa e atuação expressiva de jovens oriundos de processos educacionais especificamente direcionados ao empreendedorismo social rural, vem se reproduzindo sistematicamente ao longo dos últimos anos, caracterizando uma nova fase na gestão da cooperativa com a predominância das novas gerações no processo decisório.

A experiência da COOPMAR no processo de formação e informação de seus associados através da assessoria organizacional prestada pela Fundação Jari, em parceria com o Sistema S (SEBRAE E SESCOOP) e o Sistema FSC, influenciaram claramente no processo de organização e tomada de decisão, evidenciado nos registros detalhados de atas, suas correspondências oficiais ao setor público e empresas parcerias soltando serviços, cobrando obrigações públicas ou contratuais; apresentando sugestões formais para a solução de problemas de interesse público ou comercial da cooperativa, além das evidências de participação expressiva dos sociais nas assembleias com média de 80% de participação em todas as assembleias, demonstrando um forte sentido de participação democrática e interesse dos sócios nos processos estratégicos de discussão e decisão.

A experiência da COOPNHARIN também se enquadra involuntariamente nesse contexto, ainda que de forma menos expressiva, pelo fato da maioria do quadro social do empreendimento ser oriundo de um projeto educacional chamado Escola da Madeira, realizado pela Fundação Jari em parceria com o Sistema S (SENAI, SEBRAE e SESCOOP), de modo que o processo gestão e de tomada de decisão do empreendimento, de um modo geral, não se distância dos princípios democráticos da gestão cooperativista. Por outro lado, a cooperativa sempre manteve um quadro social reduzido, sempre próximo do limite mínimo de 20 sócios, o que, naturalmente, facilita o processo democrática de participação e controle da gestão do empreendimento por todos os envolvidos no empreendimento.

Neste campo técnico e tecnológico, nos concentramos em compreender o grau de apropriação dos empreendimentos estudados em relação a inovação de caráter técnico e tecnológico visando melhoria do desempenho na qualidade e produtividade dos produtos e subprodutos das cooperativas;

Na experiência da COMARU, o processo de apropriação de novas tecnologias foi evidenciado no sistema de quebra de castanha, que deixou de ser manual para adotar um sistema automatizado de quebra. A adoção desse novo processo rendeu redução nas perdas e ganhos de produtividade diária de castanha quebrada. Outro ganho desse processo foi melhoria da qualidade de vida das mulheres sócias do empreendimento. O trabalho de quebra de castanha é culturalmente desenvolvido pelas mulheres, que também atuam na seleção das castanhas, atividades que concentravam o trabalho das mulheres diariamente

desde as 06h da manhã até as 05h da tarde, em média, Com a inovação, a maior parte do trabalho das mulheres passou a se concentra na seleção, reduzindo o tempo de trabalho e melhoria na qualidade de vida das mesmas, passando a ter mais tempo para os aspectos da vida familiar. Outra inovação foi aquisição de uma micro usina de extração de óleo vegetal de castanha, substituindo a prensa manual. O novo sistema automatiza o processo e atribui maior grau de pureza na qualidade do óleo vegetal extraído.

Na experiência da COOPNHARIN e o processo de qualificação técnica e apropriação tecnologia, por já ter sido parte integrante do programa de qualificação profissional da Escola da Madeira, induziu os jovens sócios da cooperativa a implementar um sistema de produção com controles mais rígidos e eficientes, desde a origem da madeira de origem legal comprovada, até o processamento com foco na produção de móveis, otimizando todas as espécies (incluindo as madeiras brancas, normalmente não valorizadas pelas marcenarias tradicionais), produzindo móveis mais leves e de fácil manuseio a preços mais competitivos. Outro aspecto inovador que fez parte do processo de formação dos jovens foi o aproveitamento das sobras de madeira, direcionada a produção de pequenos objetos e artefatos de madeira, ou mesmo na produção de móveis e esquadrias utilizando de técnicas mais modernas e eficientes de colagem das peças. Estes princípios e técnicas inovadoras incorporadas ao processo, respondem de imediato com otimização de madeira-prima e dos recursos (redução de perdas e de custos), ganhos de produtividade e diversificação da produção, além da garantia de controle e rastreabilidade da madeira de origem legalizada. A adoção destes princípios legais e práticas racionais e inovadores que, culturalmente, diferem do modelo das marcenarias tradicionais, evidenciam o influencia substancial de um processo de qualificação profissional de jovens, com visão multidisciplinar e forte tendência ao empreendedorismo e inovação.

A experiência da COOPMAR no campo técnico e tecnológico, também sobre influencia estrutural no processo produtivo. Segundo o diagnóstico desenvolvido pelo POEMA e o CEATS na região do Jari, 97% das famílias de trabalhadores rurais da região não tinham acesso a assistência técnica, inovação tecnologia e crédito rural até 2004. Segundo o Plano de Desenvolvimento Territorial elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário na região sul do Amapá, a principal vocação produtiva das famílias do campo estaria, até então, na agricultura de subsistência com predominância absoluta de pequenas roças de mandioca (mais de 70% dos entrevistados), além da cultura extrativista da castanha-do Brasil (quase 50% dos entrevistados).

De acordo com a Presidente da Cooperativa Não faz muito tempo que a ideia do consórcio de florestas plantadas de eucalipto com atividades tradicionais da agricultura familiar passou a ser discutida e propagada na região do vale do Jari. No início a ideia foi recebida como um tabu. Do lado da empresa parceira, os setores de pesquisa, qualidade e produção tinham muitas dúvidas sobre a real capacidade das comunidades (boa parte formada por famílias de agricultores analfabetos) em desenvolver de uma atividade cujos tratamentos culturais exigem conhecimento técnico específico".

Com o programa de assistência técnica e extensão rural criado pela Fundação Jari, em parceria com a COOPMAR e várias instituições (EMBRAPA, EMATER, SEBRAE, SESCOOP, BANCO DO BRASIL, BASA E SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS), os receios foram sendo superados aos poucos e, à medida que o grau de esclarecimento dos produtores foi ampliando sobre o assunto, as roças de mandioca de baixa produtividade foram se integrando ao modelo de consórcio de florestas plantadas com mandioca e grãos para a produção de alimentos.

Na prática, observa-se que algumas roças de mandioca sem o uso de tecnologias adequadas de espaçamento, correção de solo e adubação, com resultados considerados baixos de produção (que giravam em torno de 5 a 7 t por hectare, segundo dados do CEATS e do

POEMA), estão sendo substituídas por consórcios que geram colheitas de mandioca com resultados entre 15 e 20 t por hectare, além da colheita do milho, arroz, feijão, melancia ou jerimum e outros, plantados de forma integrada com a mandioca rendem ganhos no aumento da produtividade, na diversificação da produção e no aumento da renda familiar, por consequência, otimizando o mesmo solo e recursos de correção e adubação investidos no desenvolvimento da cultura do eucalipto, com base na tecnologia de integração de florestas plantadas com a lavoura e a pecuária (os chamados ILPFs), que, segundo pesquisadores da EMBRAPA que participam do programa, corresponde atualmente a uma política estratégica do Governo Federal para o setor produtivo rural (Plano Agricultura de Baixo Carbono).

Ao refletir sobre os aspectos da gestão da Comaru, com ênfase no processo de comercialização da castanha, observa-se um razoável grau de amadurecimento nos últimos anos, sobretudo na gestão da parceria comercial estabelecida entre a cooperativa e a empresa NATURA, com que a cooperativa mantém contrato de compra e venda de óleo de castanha, desde 2005. A gestão desse processo, com a participação expressiva dos jovens diretores da cooperativa, demonstrando conhecimento e domínio sobre as regras do contrato comercial, controle sobre os padrões de qualidade do produto e capacidade de articulação público-privada para a retroalimentação dessa relação comercial que já dura cerca de 12 anos, rendendo frutos em termos de rentabilidade, credibilidade e visibilidade.

Outro fator de destaque desse processo é o fundo social, criado desde a concepção da parceria entre a empresa e a comunidade, é que já rendeu mais de 6 milhões de reais de bônus para a cooperativa para que sejam investidos em projetos sociais em benefício dos sócios e da comunidade.

A COMARU, é uma das principais fornecedoras de óleo de Castanha – do - Brasil para a Empresa Natura Cosméticos. Desde 2009 a cooperativa mantém um contrato de 02 (duas) toneladas de óleo por ano. Além do óleo a cooperativa fornece breu branco.

A safra da castanha-do-brasil na reserva extrativista do Rio Iratapuru se dá entre os meses de março e julho, e para que os cooperados possam subir para os castanhais, é preciso adiantar algum recurso para que eles possam realizar a coleta de castanha e posterior entrega na cooperativa. Contudo nem sempre isso era possível e muitas vezes eram feitos os adiantamentos, no entanto os cooperados não entregavam sua produção na cooperativa.

A diretoria anterior não mantinha os controles administrativos, não possuía registro de adiantamento feito aos cooperados, dívida do adiantamento do ano anterior não tinha registro de valores, de entrega de produção, ou seja, o negócio entre a cooperativa e os cooperados era realizado na base da conversa. Isso dificultava o processo produtivo, levando em conta que até hoje a atual diretoria vem regularizando dívidas antigas com os cooperados sem os devidos comprovantes ou entrada dessa castanha na cooperativa.

Atualmente a cooperativa elabora um processo diferente para trabalhar com os cooperados. Foi realizado contrato de safra com todos os cooperados, sendo que neste contrato previa a quantidade de castanha a ser entregue na cooperativa e o montante de recurso a ser adiantado aos cooperados (Dinheiro, Mercadoria e Combustível). Com a seguinte regra: O valor do hectolitro seria mantido a R\$: 160,00 (cento e trinta reais), independente da oscilação da safra, e conforme o montante de hectolitro a ser entregue pelo cooperado na cooperativa era adiantado ao mesmo no início da safra 60% (sessenta por cento) do recurso e pago em dinheiro o restante, 40% (quarenta por cento) na entrega do produto no pátio da cooperativa.

Além disso, foi feito um Termo de Confissão de Dívida dos cooperados junto à cooperativa para serem pagos em 03 safras.

Esses procedimentos deram um avanço na produção da cooperativa, que na safra de 2016 conseguiu receber de castanha 1.900 (hum mil e novecentos) hectolitros. Com isso conseguiram atender a entrega de 2 (duas toneladas), além de garantir a venda das 4(quatro)

toneladas de óleo que a cooperativa irá produzir com o restante da castanha. Outro fator importante da gestão foi garantir a transformação da massa em farinha de castanha e conseguir comercializar toda a produção com a Companhia nacional de abastecimento-CONAB.

No caso da COOPNHARIN, o processo de gestão também apresenta na opinião dos sócios entrevistados, elementos de amadurecimento nas relações comerciais, saindo de um projeto modesto de produção e vendas de móveis sob encomenda e pequenos objetos de madeira, ambos baseados no mercado local, para evoluir para uma relação comercial de maior envergadura, através da formalização de parceria com a empresa Jari Florestal, que por ter atuação no mercado europeu com a venda de madeira serrada, desafiou a cooperativa a produzir e comercializar outros itens, que não fazem parte do portfólio de negócios da Jari florestal, mas que eram de interesse de seus clientes europeus. Foi assim que surgiu a demanda da empresa Leroi Merlin, que adquiriu cerca de 40 mil peças de pisos de jardim, produzidos pela cooperativa e vendidos a esta empresa francesa entre os anos 2009 e 2011. Nesse mesmo período, a cooperativa também produziu cerca de 90 mil fruteiras de madeira, que foram vendidas para a empresa Tramontina do Brasil e mais de 60 mil peças entre portas, esquadrias e batentes, vendidos diretamente a Jari Florestal. Outra empresa atraída nesse contexto da relação comercial entre a JF e a cooperativa foi a Trace, que já comprou mais de 1 milhão de estacas para cerca, produzidos também pela cooperativa e vendidos entre os anos 2013 a 2015. Os resultados desse processo foi um faturamento acima de aproximadamente 2 milhões em menos de 10 anos de atuação comercial nesse formato mais estratégico

A ampliação das relações comerciais para além do mercado local, integrando com o mercado nacional e internacional, exigiram dos jovens diretores e integrantes da cooperativa habilidades técnicas no que se refere a produção em série e rígidos controles sobre a qualidade do produto bem como, habilidades administrativas e gerenciais, que vão desde a capacidade de planejar com agilidade e foco, estabelecer controle de custos e aprimorar habilidade de diálogo e articulação com o cliente, além de aprender a obter domínio sobre os padrões de certificação florestal internacional,

Diante do desafio da conquista da autonomia, destacamos algumas potencialidades e oportunidades dos jovens que compõem a COOPNHARIN que foram observadas durante a pesquisa como:: espírito associativista e/ou cooperativista, capacidade de geração de caixa, capacitação técnico-operacional básica, qualidade dos produtos e serviços, produtos com valor social e ambiental agregados, abundância de matéria-prima, facilidade de aquisição de insumos, custo de produção competitivo, compromisso de instituições de apoio à atividade, elevada procura por produto em madeira, elevado potencial do mercado local, potencial de crescimento da atividade, além da articulação com parceiros como incentivo à exportação.

A experiência da COOPMAR, na relação comercial com a JARI Celulose, também deu claros sinais de evolução atingindo 130 contratos firmados com pequenos (a maioria) e médios produtores rurais, abrangendo uma área plantada acima de 4.000 hectares, que representa um faturamento líquido previsto na ordem de 12. Milhões de reais para os sócios da cooperativa ao final do ciclo de 7 anos de desenvolvimento da cultura, sendo que destes, cerca de 3 milhões já foram faturados, considerando o cumprimento do ciclo e do contrato por parte dos primeiros sócios / contratos.

A partir desse ano, a cooperativa deu mais um passo, demonstrando maturidade e confiabilidade, a comprar o novo plano de negócios que prevê a atuação atreva de dos novos escopos: arrendamento de uma área de 700 hectares para plantio de eucalipto consorciado com grãos, como estratégia para ampliar seu quadro social e incorporar aqueles que não dispõem de área própria adequada ao plantio de eucalipto, como foram de viabilizar a participação destes produtores interessados e, conseqüentemente, aumentar a produção,

faturamento e renda , bem como, aumentar a produção de alimentos na região que, segundo os sócios, ainda é muito dependente de produtos de fora.

Outra estratégia e o processo de colheita do eucalipto na arestos agricultores, antes realizado pela Jari celulose, e que, a partir desse ano, passa a ser realizado pela cooperativa, alterando-se os novos contratos, não amis baseados na venda da madeira em pé, mas sim na madeira cortada e transportada, posto fabrica, evoluindo de um preço de 45 para 100, reais a t. em média, dobrando o faturamento bruto da cooperativa.

## 5 CONCLUSÃO

O ambiente de negócio das cooperativas do setor primário no Vale do Jari é, na sua maioria, formado por um quadro social caracterizado basicamente por populações tradicionais (povos da floresta), ou ainda, o chamado povo originário, tais como: ribeirinhos, extrativistas, agricultores, pescadores, indígenas, quilombolas entre outros, que residem em Reservas Extrativistas, Assentamentos Agroextrativistas, áreas quilombolas e indígenas, e outros tipos de unidades de conservação e preservação, além de áreas públicas e privadas em situação fundiária irregular, ou seja, há outra relação com referência a propriedade privada e a exploração comercial das riquezas naturais madeireiras, não madeireiras e minerais. O Potencial do Cooperativismo de produção no sul do estado do Amapá, vem como instrumento de gestão e solução dos problemas comuns dos pequenos agentes produtivos da região.

Se aliarmos o potencial produtivo local das comunidades agrícolas e extrativistas do Vale do Jari com a demanda de consumo local/regional, atuando de forma articulada com a estrutura e logística das indústrias que atuam na região e com a força do comércio local (3º maior do estado do Amapá, atrás apenas de Macapá e Santana), e possível fortalecer a economia local. No entanto, ao confrontar o potencial vislumbrado no campo do uso sustentável dos recursos naturais com o baixo grau de qualificação profissional das populações tradicionais que utilizam tais recursos, conforme observado nos dados coletados na pesquisa de campo, constata-se a necessidade da integração entre o processo pedagógico técnico profissional com processos cooperativos ligados a arranjos produtivos que por sua vez estejam alicerçados na realidade econômica local e oportunidades de negócios decorrentes deste contexto, como forma de influenciar a qualificação de profissionais capazes de inserir-se no mundo do trabalho com flexibilidade, proatividade e criatividade, o que nos leva a propor um modelo de educação profissional cooperativista.

O campo social e político dos empreendimentos cooperativos, por exemplo, está relacionado aos processos de discussão e formação com foco na qualificação do quadro social dessas cooperativas e com informações sobre direitos sociais, políticas públicas de educação, saúde, assistência social, infraestrutura, desenvolvimento econômico, conservação ambiental, entre outros.

Tais conteúdos demonstraram-se indispensáveis para o desempenho dos empreendimentos estudados, na opinião dos sócios entrevistados, sobre no que diz respeito a experiência pragmática de aprendizagem conhecida como empoderamento dos sócios em relação ao processo de participação ativa e tomada de decisões no contexto dos interesses imediatos e estratégicos da cooperativa.

De fato, ao analisar os depoimentos dos sócios entrevistados, os livros de atas com os registros das reuniões e o conteúdo das decisões tomadas, correspondências oficiais ao setor público, clientes e parceiros, entre outras fontes, foi possível constatar a experiência da participação democrática no processo decisório, um dos princípios considerado dos mais valiosos do modelo cooperativa, mas pouco efetivo na prática da maioria dos empreendimentos que adotaram esse modelo de organização, conforme estatísticas que constam dos relatórios de gestão do sistema OCB/SESCOP AP.

Constatou-se, por outro lado, a baixa participação das mulheres nas cooperativas estudadas. Tal reflexo deve-se as atividades laborais diárias no ambiente doméstico, conforme a percepção da maioria dos entrevistados. Em relação aos jovens, a COOPNHARIN e a COMARU destacam-se como as cooperativas da região com maior grau participação da juventude no processo decisório.

Com base nos dados coletados na pesquisa bibliográfica, observou-se que no Vale do Jari, os empreendimentos cooperativos nesse contexto, em sua maioria, encontra-se

atualmente inativos, irregulares ou inadimplentes como os sistema financeiro e fiscal oficial. No entanto, os equívocos que desvirtuaram a implantação dessa experiência, renderam aos pequenos produtores da região aprendizados que influenciaram, recentemente, a criação de empreendimentos cooperativos de forma mais consciente, democrática e planejada, amparados pelo suporte técnico mais recentemente presente, de orientação e formação patrocinados pelo Sistema OCB/SESCOOP e outras Sistemas Intersetoriais como SEBRAE, SENAR e SENAC e Instituições de Ensino, Pesquisa e extensão como a UNIFAP e o IFAP, além de entidades sociais privadas a exemplo da Fundação Jari, através do programa de desenvolvimento de negócios cooperativos. A própria expansão recente do conjunto de serviços de apoio e assessoria técnica e educacional aos empreendimentos comunitários da região, denotam a relevância de processo educacionais aplicados ao desenvolvimento do cooperativismo enquanto modelo de organização da produção local, corroborando com a a confirmação da hipótese proposta pela pesquisa

O IFAP – Campus Laranjal do Jari tem um papel decisivo, no vale do Jari, para a formação de um ambiente educacional com viés do cooperativismo. No entanto, em momentos de instabilidade política e financeiras, a forma mais prática e efetiva para maior adesão na formação da população, dar-se pelas parcerias das instituições sediadas na região.

A ideia da educação cooperativista se respalda na transformação da conduta e novos hábitos do ser humano e de seu desenvolvimento, sendo este o agente construtor de sua realidade agregando a ela o poder cívico que representa a própria ação de democracia. Nessa perspectiva, através da educação cooperativa é possível aumentar à participação do cooperado e concomitantemente oportunizar melhorias no que tange a sua profissionalização, inserção social, ampliação do exercício democrático e todas as singularidades pertinentes a estrutura organizacional de uma sociedade cooperativista no mundo do trabalho.

Conforme a observação empírica do autor anteriormente mencionada, isso, se diferencia completamente, daquelas experiências consideradas desvirtuadas ou fracassadas que, em sua maioria, surgiram como resultado de uma reunião de cunho político-partidário, normalmente conduzida por um candidato à um cargo público, que utilizando de sua retórica política, busca influenciar a mobilização de um determinado grupo de pessoas em torno de um projeto cooperativo, sem necessariamente observar se aquele grupo apresenta interesses comuns que justifiquem a união daquelas pessoas em uma única atividade produtiva. Outra constatação referece ao fato de que, não menos desvirtuado e fadado ao fracasso é o caso das cooperativas que surgiram como resultado de uma estratégia de marketing de um determinado grupo restrito de pessoas que visa beneficiar-se de um projeto cooperativo a fim de barganhar recursos públicos ou subvenções, fazendo do modelo cooperativo não uma integração de recurso entre seus atores produtivos, mas sim uma plataforma de captação de recurso, pura e simplesmente.

O autor, em sua experiência, observou ainda, o surgimento de cooperativas em circunstâncias tendenciosas, resultantes de ação motivada pelo interesse individual de uma ou mais pessoas, que por sua vez, mobilizam um grupo maior de pessoas levando-as a participar de um processo produtivo, supostamente comum, mas que no entanto, não apresentam tais interesses como necessidade ou prioridade no projetos de vida da maioria dos envolvidos, ou, mesmo que viessem a manifestá-los, não estariam contemplados no contexto desses interesses, servindo apenas como massa de manobra ou mão de obra barata para os que realmente controlam o processo produtivo. Em outras palavras, trata-se de um empreendimento aparentemente cooperativo, cujos interesses individuais daqueles que concentram o poder no processo, estão colocados acima dos interesses coletivos e objetivos comuns descritos no arcabouço legal e estatutário da organização cooperativa.

## 6 REFERÊNCIAS

AMAPÁ (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. **Lei Ordinária 0392, de 11/12/97**. Dispõe sobre a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS do Rio Iratapuru, nos Municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Amapari, no Estado do Amapá. Macapá: 1997. Disponível em: <[http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=buscar\\_legislacao&n\\_leiB=0392,%20de%2011/12/97](http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=buscar_legislacao&n_leiB=0392,%20de%2011/12/97)>. Acesso em 4 de jul. 2018.

AMORIM, P. et al. **Diagnóstico econômico-ambiental no município de Almeirim, Pará**. Belém: Instituto Floresta Tropical; Fundação Floresta Tropical; Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), 2010, 132p.

BELEZIA, Eva Chow. Cooperativa-escola: instrumento para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 5., 2008. **Anais...** Ribeirão Preto, 2008.

BERNARDI, C.M. **Agricultura familiar e organizações cooperativas**: a luta social das agricultoras familiares camponesas. 2011. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Regional do Noroeste do rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998**. Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 3 set. 1998.

BRASIL. **Diagnóstico do Ramo Educacional**. Brasília: Organização das Cooperativas do Brasil, 2014.

BRASIL. **Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 16 dez. 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 2 de jan. 2019.

CAMPOS, V.B.; SIQUEIRA, K.F. Ensino de metodologia científica para alunos dos cursos técnicos: estudo de caso no Instituto Federal do Amapá. **Revista Polêmica**, Rio de Janeiro, v.12, n.3, p.469-479, 2013.

CAMPOS, Vinicius Batista. **Sistema de energia fotovoltaico da vila de São Francisco do Iratapuru, Amapá**. 1 fotografia. 2015.



CARVALHO, J. A. S. Por que não criar um empreendimento coletivo?. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DA PSICOLOGIA, 1., 2004, São Paulo. **Resumos completos**, 2004. São Paulo: 2004.

CLARETO, S.M. **Terceiras margens**: um estudo etnomatemático de espacialidades em Laranjal do Jari (Amapá). 254 f. 2003. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo.

CULTI, M. N. O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade. In: TERCER CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 4., 2002, Holanda, 2002. Mimeo.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Caderno de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, março/2002

ELIEZER Moreira PACHECO, E.M.; PEREIRA, L. A.C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. Educação profissional e tecnológica: das Escolas de Aprendizizes Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **T&C Amazônia**, Ano VII, Número 16, Fevereiro de 2009.

FERREIRA, Gabriel Murad Velloso; SILVA, Daniela Fonseca da. **Educação cooperativista**. Santa Maria: Ministério da Educação e Rede e-Tec Brasil, 2015.

FERREIRA, Palloma Rosa; AMODEO, Nora Beatriz Presno. O SESCOOP e a criação do campo da educação cooperativista. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO. **Anais...** Ribeirão Preto: FEARP/USP, 2008.

FERREIRA, Palloma Rosa; AMODEO, Nora Beatriz Presno; SOUSA, Diego Neves de. A importância dos trabalhos de educação cooperativista para a extensão rural. **Revista Cooperativismo & desarrollo**. v. 20, n. 101, jul./dez. 2012.

FRANTZ, Walter; SCHONARDIE, Paulo Alfredo. As práticas do movimento cooperativo como lugares de educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED. **Anais..** Caxambu: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa de Educação, 2007. p. 1-15.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JARI, Fundação. BOP Inovation e ICCO. **Projeto de eletrificação rural do vale do jari. – resultado de pesquisa de campo. Diagnóstico socioeconômico**. 2010.

MARQUES, P. V.; LOVE, H. G. Cooperativa-escola nas escolas técnicas agrícolas. **Scientia Agrícola**, Piracicaba, v. 50, n.3, p.509-516, 1993.

MARSCHALL, C. R. Motivações para cooperativismo na pequena propriedade. **O&S.**, v.16. Salvador, 2009. p. 287-306.

MENDES, A. M. P., Limites e desafios da educação popular. In: JORNADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, 3., 2007, São Luís. **Anais....** São Luís: UFMA, 2007. p. 6.

OLIVEIRA, B. A. M. de. **As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades**: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). 2006.175p. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Seropédica/RJ.

OLIVEIRA, Elizângela Siqueira de; DAL RI, Neusa Maria. A gestão e o trabalho associado no cooperativismo educacional. **Revista Científica do Unisalesiano**. São Paulo, ano 2, n.5, p. 499-509, out., 2011.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

RELATÓRIO de gestão da organização das cooperativas brasileiras – OCB. Amapá... Macapá: 2017.

SAFANELLI, Arcângelo dos Santos et al. A educação cooperativa: valorização do ser humano. In: XI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 10.. **Anais...** Florianópolis, dez., 2011.

SALVARO, G.I.J.; ESTEVAM, D.O.; FELIPE, D.F. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n.2, p. 390-405, 2014.

SCHNEIDER, José Odelso (Org.). **Democracia-participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

SCHNEIDER, José Odelso (Org.). **Educação cooperativa e suas práticas**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

SILVA, Juracy Resende. **Institutos federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões / organização. Natal: IFRN, 2009

Sistema OCB-SESCOOP, Diagnóstico do ramo educacional, desafio para o setor, página 18 e 20, 2014.

SPANVELLO, R.; DREBES, L. D.; LAGO, A. A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo58.pdf>> . Acesso em: 14 ago. 2016.

TEIXEIRA, N. F., **Caderno pedagógico**, Lajeado, v. 12, n. 2, p. 7-17, 2015.

TORRES, Heider. **Plantio de eucalipto de cooperado da COOPMAR**. 1 fotografia.  
VEIGA, S.M.; FONSECA, I. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

## **7 APÊNDICE**

Apêndice A: Modelo dos Questionários

**LEVANTAMENTO DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL DA COOPERATIVA**

**I - ASPECTOS SOCIAIS E EDUCACIONAIS**

**1 – IDENTIFICAÇÃO DA COOPERATIVA**

2.2	2.2.1.2	Razão	Social:	
.		_____	_____	
		Sigla: _____	DT Constituição	
2.2	2.2.1.4	Responsável pelas informações:		
.		Nome: _____		
		Cargo: _____		
2.2	2.2.1.6	Endereço	da	sede:
.		_____		_____
		Cidade: _____		CEP: _____
		Tel: ( _____ ) _____		Fax: ( _____ ) _____
		e-mails: _____		Home-page: _____
2.2	2.2.1.8	Nº. CNPJ: _____	Nº	Inscrição
.		Estadual: _____		
		Nº. Inscrição Municipal: _____	Nº. Registro	na OCB: _____
		NIRE JUCAP: _____		
2.2	2.2.1.10	Ramo da Cooperativa: _____		
	2.2.1.11	Área de Atuação da Cooperativa: _____		
2.2	2.2.1.13	Atividade		Econômica:
.		Principal: _____		
		Secundária: _____		
		_____		
		_____		

**OBS:**

**2 – ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA**

Período do mandato da atual Diretoria: De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do Presidente:

Nome do Vice-presidente:

Diretores:

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.

Conselheiros Fiscais Efetivos:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

Conselheiros Fiscais Suplentes:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

OBS:

2.1) Qual a Frequência de Reunião da Diretoria?

( ) Anual ( ) Semestral ( ) Mensal ( ) Quinzenal ( ) Semanal ( ) Não faz Reunião

2.2.) Possui Livro de Ata de Reunião da Diretoria ?

( ) Sim ( ) Não

2.2.) É redigida a Ata das Reuniões da Diretoria ?

( ) Sim ( ) Não

2.1) Qual a Frequência do Conselho Fiscal?

( ) Anual ( ) Semestral ( ) Mensal ( ) Quinzenal ( ) Semanal ( ) Não faz Reunião

2.2.) Possui Livro de Ata de Reunião do Conselho Fiscal ?

( ) Sim ( ) Não

2.2.) É redigida a Ata das Reuniões do Conselho Fiscal ?

( ) Sim ( ) Não

### **3 – DO ESTATUTO SOCIAL**

3.1) - O Estatuto Social está adequado ao Novo Código Civil?

( ) Sim ( ) Não \_\_\_\_\_

3.2) - Possui Livro de Ata de Assembléia Geral Ordinária?

( ) Sim ( ) Não

3.3) - Possui Livro de Ata de Assembléia Geral Extraordinária?

( ) Sim ( ) Não

3.4) - São feitos os Editais de Convocação das Assembléias Gerais?

( ) Sim ( ) Não

3.5) - A Sociedade Cooperativa possui um sistema de comunicação interna com seus associados; informativos, palestras, murais, quadros de aviso, etc.?

( ) Sim ( ) Não

3.5) - A Cooperativa possui Livro de Matrícula ou Ficha dos Cooperados?

( ) Sim ( ) Não

	2010	2013	2016
a) Nº de Cooperados Ativos	_____	_____	_____
Homens	_____	_____	_____
Mulheres	_____	_____	_____
Jovens (18 a 24 anos)	_____	_____	_____
b) Nº de Cooperados Quites	_____	_____	_____
c) Quanto à escolaridade:			
Nº de cooperados:	Não Alfabetizado_____	alfabetizado_____	
Ensino Fundamental:	completo _____	incompleto_____	
Ensino Médio:	completo_____	incompleto_____	
Ensino Superior:	completo _____	incompleto_____	
d) faixa etária cooperados: 18 a 30 - nº _____ 31 a 50 - nº _____ 51 a 70 - nº _____			
e) Renda média mensal por cooperado (salário mínimo): 1 a 2 ( ) 3 a 5 ( ) mais de 6 ( )			
f) Do quadro social, quantos estão somente na atividade produtiva da Cooperativa?			

---

#### IV - CARACTERIZAÇÃO DO PRESIDENTE

3. Sexo do Dirigente 1. Masculino ( )

2. Feminino ( )

#### 4. Escolaridade do Dirigente

1. Sem escolaridade / Fundamental incompleto ( ) 4. Superior completo ( )

2. Fundamental completo / Médio incompleto ( ) 5. Pós-graduação ( )

3. Médio completo / Superior incompleto ( ) 6. NS / NI ( )

#### 5. Atividades que o Dirigente exerce além da cooperativa (Admite múltiplas respostas):

1. Empresário ( ) 4. Dirigente de Entidade de Classe ( )

2. Membro de 5. Dirigente de Sindicato ( )

outros Conselhos/Associações ( )

)

3. Empregado de outra 6. Outros. Citar

Empresa/Entidade ( )

#### 6. Quais os principais instrumentos que o Dirigente utiliza para se atualizar / manter informado. (Admite múltiplas respostas)

1. Jornais ( ) 7. Treinamento de longa duração ( )

2. Revistas ( ) 8. Treinamento de curta duração ( )

3. Internet ( ) 9. Treinamento à distância ( )

4. Televisão ( ) 10. Congressos/Seminários/ Palestras ( )

5. Rádio ( ) 11. Reuniões ( )

6. Livros ( ) 12. Outros: ( )

### V - CARACTERIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

#### 7. Número de Funcionários por escolaridade

1. Sem escolaridade / Fundamental incompleto \_\_\_\_\_

2. Fundamental completo / Médio incompleto \_\_\_\_\_

3. Médio completo / Superior incompleto \_\_\_\_\_

4. Superior completo \_\_\_\_\_

5. Pós-graduação \_\_\_\_\_

6. NS / NI \_\_\_\_\_

#### 8. Distribuição do número de funcionários por cargo

1. Apoio Direto (Secretárias e Auxiliares) \_\_\_\_\_

2. Administrativos \_\_\_\_\_

3. Vendas e Área Comercial \_\_\_\_\_

4. Área Técnica / Produção \_\_\_\_\_

5. Chefias \_\_\_\_\_

6. Gerências \_\_\_\_\_

7. Diretorias \_\_\_\_\_

### VI – GERENCIAMENTO DA COOPERATIVA

#### 9. Quais critérios que a Cooperativa utiliza para orientar os seus investimentos? (Admite múltiplas respostas)

1. Experiências em métodos gerenciais ( ) 6. Pesquisas de mercado ( )

2. Conhecimento da concorrência ( ) 7. Orientação da Central ( )  
 3. Contatos com fornecedores ( ) 8. NS/NI ( )  
 4. Nenhum/ Não investe ( ) 9. ( )  
 5. Pedidos em carteira ( ) Outros: \_\_\_\_\_

10. A Cooperativa já contraiu financiamentos reembolsáveis ou não reembolsáveis?

1. Sim ( ) 2. Não ( ) 3. NS / NI ( )

Em quais finalidades:

	Linha	R	NR	FONTES
1	Investimentos em instalações, em produção e armazenagem			ADAP - Comunidades Duráveis
2	Capital de Giro			FNO
3	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos			Petrobras Cidadania
4	Treinamento de pessoal			
5	Investimento em Informática			
6	Quitação de dívidas			
7	Integralização de quotas-partes			
8	Outros			

11. Tem dificuldade na obtenção de crédito?

1. Sim ( ) 2. Não ( )

12. Necessita de financiamentos ou empréstimos?

1. Sim ( ) 2. Não ( )

Em quais finalidades:

- ( ) Capital de Giro  
 ( ) Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos  
 ( ) Treinamento de pessoal  
 ( ) Investimento em Informática  
 ( ) Quitação de dívidas  
 ( ) Integralização de quotas-partes  
 ( ) Outros

13. A Cooperativa é informatizada?

1. Totalmente ( ) 2. Parcialmente ( ) 3. Não é informatizada ( )

Em caso afirmativo, caracterizar (computadores, internet, smartfone, etc)

**14. Quais são os principais fatores que dificultam o desempenho da cooperativa no mercado? (Admite múltiplas respostas)**

1. Obtenção de matéria-prima ( ) 6. Desconhecimento do mercado ( )  
 2. Capacitação dos empregados ( ) 7. Formação do preço de venda ( )



- |                               |     |                                      |     |
|-------------------------------|-----|--------------------------------------|-----|
| 3. Capacitação dos dirigentes | ( ) | 8. Demanda insuficiente por produtos | ( ) |
| 4. Capacitação dos cooperados | ( ) | 9. Volume insuficiente de produção   | ( ) |
| 5. Qualidade de produtos      | ( ) | 10. Diversificação                   | ( ) |
|                               |     | Outros _____                         |     |

**15. Quais são os principais serviços / benefícios que a cooperativa necessita ter acesso para desenvolver suas atividades? (Admite múltiplas respostas)**

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos | ( ) |
| 2. Financiamento de capital de giro                        | ( ) |
| 3. Capacitação gerencial                                   | ( ) |
| 4. Consultoria gerencial                                   | ( ) |
| 5. Capacitação dos empregados                              | ( ) |
| 6. Capacitação dos associados                              | ( ) |
| 7. Central de vendas                                       | ( ) |
| 8. Central de compras \ estoque                            | ( ) |
| 9. Simplificação tributária                                | ( ) |
| 10. Outros _____   |     |

**23. Que instrumentos / métodos de gerenciamento a cooperativa possui?**

- |  |     |  |     |
|--|-----|--|-----|
| 1. Controle de processo produtivo      | ( ) | 8. Controle de custos                  | ( ) |
| 2. Planejamento estratégico            | ( ) | 9. Formação de preços                  | ( ) |
| 3. Programas de treinamentos definidos | ( ) | 10. Normas de tratamento de resíduos   | ( ) |
| 4. Programas de qualidade              | ( ) | 11. Programas de preservação ambiental | ( ) |
| 5. Programas de produtividade          | ( ) | 12. Controle higiênico – sanitário     | ( ) |
| 6. Organograma                         | ( ) | 13. Programas de orçamentos            | ( ) |
| 7. Plano de cargos e salários          | ( ) | 14. Segurança                          |     |
|  |     | Estoque materiais                      |     |
|  |     | Outros:                                |     |
- 

**(Admite múltiplas respostas)**

**Dirigentes**

40. A Cooperativa treina seus Dirigentes?

- |            |            |
|------------|------------|
| 1. Sim ( ) | 2. Não ( ) |
|------------|------------|

**41. Quais os temas mais abordados em treinamentos para Dirigentes têm aplicação real na cooperativa? (Admite múltiplas respostas)**

- |                   |     |                         |     |
|-------------------|-----|-------------------------|-----|
| 1. Cooperativismo | ( ) | 9. Marketing            | ( ) |
| 2. Finanças       | ( ) | 10. Qualidade           | ( ) |
| 3. Custos         | ( ) | 11. Tecnologia          | ( ) |
| 4. Gerencial      | ( ) | 12. Legislação Fiscal   | ( ) |
| 5. Vendas         | ( ) | 13. Formação de Líderes | ( ) |
| 6. Administração  | ( ) | 14. Comportamental      | ( ) |
| 7. Produção       | ( ) | 15. NS /NI              | ( ) |
| 8. Contabilidade  | ( ) | 16. Outros              | ( ) |

#### **4 – DO CAPITAL SOCIAL**

Capital Social Subscrito da Cooperativa R\$: \_\_\_\_\_

Capital Social Integralizado da Cooperativa R\$: \_\_\_\_\_

Valor da Quota – Parte R\$: \_\_\_\_\_

OBS: Verificar a Evolução do Capital Social nos Últimos 03 anos.

#### **5 – Dos Aspectos Administrativos:**

5.1) – A Cooperativa possui Empregados / Prestadores de Serviços ?

( ) Sim ( ) Não \_\_\_\_\_

5.2) – A Sociedade Cooperativa possui uma organização operacional compatível com seu porte social e econômico; Comercial, Técnico, Financeiro, RH, Jurídico e Social? possui um organograma?

( ) Sim ( ) Não \_\_\_\_\_

## **II - ASPECTOS FISCAIS**

### **1 – DA PRODUÇÃO:**

1.1) – Principais Produtos da Cooperativa ?

1.2) Qual a Quantidade de Venda no Ano?

<b>PRINCIPAIS PRODUTOS</b>	<b>2010</b>	<b>2013</b>	<b>2016</b>

1.3) Qual os principais clientes da Cooperativa ?

1.4) Quem é responsável pela produção na Cooperativa ?

1.5) Na cooperativa existem pessoas que cuidam da venda dos produtos ?

1.6) Como é feito os preços dos produtos na Cooperativa ?

1.7) A cooperativa tem alguma política de preço ?

1.8) A Cooperativa tem Plano de Negócio ?

1.9) Como a Cooperativa Divulga seus produtos ?

## **2 – IMPOSTOS E TAXAS GERADOS E RECOHIDOS**

2.1) – A Cooperativa possui Escrituração Fiscal ?

( ) Sim ( ) Não \_\_\_\_\_

É feito o recolhimento dos impostos mais não tem os livros

2.2) – A Cooperativa faz o recolhimento de ICMS s/ faturamento ?

( ) Sim ( ) Não \_\_\_\_\_

2.3) – A Cooperativa faz o recolhimento de PIS/COFINS s/ faturamento ?

( ) Sim ( ) Não \_\_\_\_\_

2.3) – Os Cooperados recolhem para a Previdência Social ?

( ) Sim ( ) Não \_\_\_\_\_

Os trabalhadores que vão para os castanahis são sindicalizados.

## **3 – DAS DECLARAÇÕES ACESSÓRIAS**

3.1) – A Cooperativa faz Declaração Mensal da DIAP/SEFAZ\_AP ?

( x ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabia da Obrigatoriedade

3.2) – A Cooperativa faz Declaração Mensal da GEFIP ?

( x ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabia da Obrigatoriedade

3.3) – A Cooperativa faz Declaração Semestral da DCTF ?

Sim       Não       Não Sabia da Obrigatoriedade

3.4) – A Cooperativa faz Declaração Anual do Imposto de Renda Pessoa Jurídica ?

Sim       Não       Não Sabia da Obrigatoriedade

Os anos anteriores estavam atrasados

3.6) – A Cooperativa faz Declaração Anual do RAIS ?

Sim       Não       Não Sabia da Obrigatoriedade

3.7) – A Diretoria da Cooperativa faz Declaração do IRPF Anual ?

Sim       Não       Não Sabia da Obrigatoriedade

3.8) – A Cooperativa possui certidões Negativas ?

Fisco Municipal       SEFAZ/AP       Receita Federal/Dívida Ativa União

INSS       FGTS       Auditoria Geral do Estado do Amapá

Falência e Concordata     

### **III - ASPECTOS CONTÁBEIS**

#### **1 – DA CONTABILIDADE:**

1.1) – A Cooperativa faz Escrituração Contábil ?

Sim       Não      \_\_\_\_\_

1.2) – A Cooperativa tem contrato com Contabilista ?

Sim       Não      \_\_\_\_\_

1.3) – A Cooperativa faz Prestação de Contas Mensal ?

Sim       Não       Não acha Necessário

1.4) – A Cooperativa fez a prestação de contas esse ano ?

Sim       Não      \_\_\_\_\_

1.5) – A Cooperativa possui algum software contábil ?

Sim       Não

1.6) – A Cooperativa possui algum plano de contas ?

Sim       Não       Desconhece

1.7) – A cooperativa possui Orçamento anual de despesas ?

Sim       Não       Não acha necessário

1.8) – A cooperativa possui Fluxo de caixa ?

Sim       Não       Não acha necessário

1.9) – A cooperativa Elabora o Livro Caixa ?

Sim       Não       Não acha necessário

1.10) – A cooperativa Elabora Conciliação Bancária ?

Sim       Não       Não acha necessário

1.10) – A Sociedade Cooperativa possui Reservas Legal para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades pelo menos 10% (dez por cento) das sobras líquidas do exercício findo?

1.11) A Sociedade Cooperativa possui Reserva de Assistência Técnica, Educacional, e Social - FATES constituído de pelo menos 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício findo?

1.12) Na sua opinião para que serve a contabilidade? Só Prestação de Contas ? ou para gerenciar a cooperativa e tomar Decisão ?